

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	2
2 - PRESSUPOSTOS E PERCEPÇÕES	3
3 - O DESAFIO DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ EM UMA SOCIEDADE PLURALISTA....	4
3.1. A QUESTÃO DO “DESAFIO”	4
3.2. O ABSOLUTO EM UMA SOCIEDADE ABSOLUTAMENTE ILUDIDA	6
4 - DEFENDENDO A VERDADE EM UM MUNDO RELATIVISTA	8
4.1. NADA PODEMOS CONTRA A VERDADE	8
4.2. ALGUNS VALORES CONTEMPORÂNEOS	8
4.3. ANTIDOGMATISMO.....	9
4.4. RELATIVISMO, SUBJETIVISMO, PRAGMATISMO E UTILITARISMO.....	11
4.5. PLURALISMO	16
5 - A VERDADE DO DEUS VERDADEIRO NUM MUNDO DE MENTIRAS	17
5.1. O ENSINO VERDADEIRO.....	17
5.2. A RECEPÇÃO E APEGO À VERDADE.....	18
5.3. DISCERNIMENTO NECESSÁRIO	19
6 - A VERDADE OBJETIVA DE DEUS	21
6.1. VERDADE REAL	21
6.2. VERDADE AUTORITATIVA.....	21
6.3. VERDADE QUE PERMANECE	21
6.4. VERDADE REVELADORA.....	22
6.5. VERDADE LIBERTADORA	23
7 - JESUS CRISTO, A PALAVRA ENCARNADA E O SEU PODER LIBERTADOR	26
7.1. LIBERDADE “DO”	26
7.2. LIBERDADE “PARA”	29
8 - A VERDADE COMO UM TODO UNIFICADO.....	30

1 - INTRODUÇÃO

Uma das questões difíceis de responder é: no que você crê?

A resposta a esta questão revelará uma série de pressupostos – conceitos implícitos em sua fala –, muitos dos quais talvez jamais tenham ocorrido, pelo menos de forma teórica, ao entrevistado. É possível que sem percebermos o nosso pensamento revele uma série de inconsistências e, até mesmo, excludências. O fato é que nossos conceitos, explícitos ou não, terminarão por se juntar a outros e, deste modo, sem consciência e mesmo consistência, vamos aos poucos formando uma maneira de ver o mundo e, conseqüentemente, de avaliá-lo. Esta percepção determinará de forma intensa o nosso comportamento na sociedade em que vivemos, tendo implicações em todas as esferas de nossa existência. “Uma cosmovisão contém as respostas de uma dada pessoa às questões principais da vida, quase todas com significativo conteúdo filosófico. É a infra-estrutura conceitual, padrões ou arranjos das crenças dessa pessoa” (NASH, 2008, p. 13).

Ainda que não pretendamos ser exaustivos, podemos, inspirando-nos em Nash (2008, p. 15ss), dizer que a nossa cosmovisão é constituída por um conjunto de crenças que estabelecem, essencialmente, a sua distinção de outras cosmovisões ainda que haja no cerne de cada cosmovisão diferenças importantes, porém, que não são excludentes.

Vejamos algumas dessas crenças:

A. Deus: Ainda que o nome de Deus nem sempre apareça em nossas discussões, a fé em Deus envolvendo, obviamente, o conceito que temos Dele é ponto capital em qualquer cosmovisão. Deus existe? Ele se confunde com a matéria? Há um só Deus? Ele age? É soberano? É um ser pessoal? As respostas que dermos a estas questões são cruciais para identificar a nossa cosmovisão.

B. Metafísica: A Metafísica trata da existência e da natureza e a qualidade daquilo que é conhecido. A nossa cosmovisão determinará um tipo de compreensão de questões tais como: Todos os homens têm a mesma essência? Todo evento deve ter uma causa? Há realidade além daquilo que podemos ver? Existe um mundo espiritual? Há um propósito para o universo? Qual a relação entre Deus e o universo?

C. Epistemologia: A Epistemologia é o estudo das questões relacionadas aos problemas filosóficos do conhecimento. O seu objetivo é conhecer, interpretar e descrever filosoficamente, os princípios essenciais que conduzem ao conhecimento científico ou, em outras palavras, estudar a origem e como se estrutura o conhecimento científico. A Epistemologia trata de questões tais como: Como conhecemos alguma coisa? É possível um conhecimento certo a respeito de alguma coisa? Os sentidos nos dão um conhecimento certo a respeito dos objetos sensíveis? Nossas percepções dos objetos sensíveis são idênticas a esses objetos? Qual a relação entre o intelecto e a matéria? Qual a relação entre a razão e a fé? Podemos conhecer algo sobre Deus? É o método científico o melhor método para o conhecimento?

D. Ética: A Ética filosófica analisa a vida virtuosa no seu valor último, e a propriedade de certas ações e estilos de vida. Ela se refere à conduta humana, às normas e princípios a que todo o homem deve ajustar seu comportamento nas relações com seus semelhantes e consigo mesmo. O filósofo moral não é apenas um cientista teórico envolvido em especulações abstratas, ele é alguém comprometido com a realidade, buscando soluções para os problemas práticos que nos cercam e que deram origem à pesquisa. A sua preocupação, também, não se limita à ação certa, mas, também, ao princípio que a justifica.

Perguntas comuns a esta disciplina: É justo falsificar a declaração de imposto de renda? O aborto é correto? E financiar instituições que em suas pesquisas contemplem a prática do aborto? É viável a pena de morte? A eutanásia? Há um padrão absoluto de moral ou ele é relativo à épocas, culturas e pessoas? A moralidade transcende ao lugar, época e cultura? Como distinguir o bem do mal?

E. Antropologia: O conceito que temos a respeito do homem revela aspectos de nossa cosmovisão. O ser humano é apenas matéria? De que forma a morte determina o fim de

nossa existência? Existe algum tipo de recompensa ou punição após a morte? A alma é imortal? O homem é um ser livre ou determinado por forças deterministas? Qual o propósito da vida?

F. História: Ela parte do princípio de que o homem é uma síntese entre o passado e o presente, tendo as suas decisões atuais em relação direta com as suas experiências pretéritas, daí algumas perguntas: O alvo da explicação histórica é predição, ou meramente entendimento?

Visto que escrever a história envolve seleção de material pelo historiador, um documento histórico pode ser considerado objetivo? A História é linear ou cíclica? Existe alguma finalidade, ou um padrão que confira sentido à História?

2 - PRESSUPOSTOS E PERCEPÇÕES

As nossas ênfases revelam não simplesmente os nossos pensamentos e valores como também, aspectos da realidade como os percebemos. A concatenação de nossas idéias e a estruturação de prioridades, dentro da fluidez histórica, assumem aspectos relativos. Deste modo, quando lemos um autor devemos entender também o seu tempo, a sua forma de pensar e os pontos que visavam destruir, consolidar ou mesmo transformar. Toda obra é, de certa forma, dialogal, explícita ou implicitamente. Cada época nos diz algo de seus atores e cada ator histórico nos fala direta ou indiretamente do cenário que o inspira, dentro do qual ele foi criado e, de certa forma, delimita a sua própria percepção da realidade.

Quando não percebemos estes aspectos, tendemos a ser extremamente rigorosos em nossos julgamentos ou facilmente somos conduzidos a cometer anacronismos injustificados. Isto se dá, especialmente, quando lemos autores de séculos anteriores ao nosso que, além da distância temporal, viveram em outro continente, com valores próprios, percepções delimitadas pela sua época, tendo que se deparar com desafios gigantescos alguns dos quais são quase que imperceptíveis em nossa época. Aí surge o nosso problema; é impossível ter todas as visões; a nossa, além de vários condicionantes, é feita a partir de nossa época, sob o feitiço de nossos valores e concepções, os quais por si só já produzem um préconhecimento.

O anacronismo condenatório é fácil de ser praticado e extremamente difícil de ser percebido por quem o exerce. Portanto, a consciência destas questões deve produzir em nós um salutar sentido de limitação e, portanto, de maior prudência em nossos juízos, reconhecendo que a nossa época, dentro da qual estamos inseridos e mais cativos do que imaginamos, tem as suas paixões e feitiços – plenamente justificados, diga-se de passagem, pelos seus cidadãos bem socializados –, assim como a de nossos personagens analisados. O que torna a nossa visão melhor do que a deles? Talvez seja a própria história que, constantemente, nos fornece um leque mais amplo e ilustrativo de fracassos da humanidade.

A nossa chave epistemológica é a Escritura, portanto, a nossa cosmovisão partindo de uma perspectiva assim, nos conduzirá, naturalmente, de volta a Deus. A Educação Cristã fundamentando-se nas Escrituras oferece-nos um escopo do que Deus deseja de nós e nos fala de qual o propósito de nossa existência em todas as suas esferas.

Os pressupostos se constituem na janela (quadro de referência) por meio da qual vejo a realidade; o difícil é identificar a nossa janela, ainda que sem ela nada enxerguemos. Assim, falar sobre a nossa cosmovisão, além de ser difícil verbalizá-la, é paradoxalmente desnecessário. Parece que há um pacto involuntário de silêncio o qual aponta para um suposto conhecimento comum: todos sabemos a nossa cosmovisão. Deste modo, só falamos, se falamos e quando falamos de nossa cosmovisão, é para os outros, os estranhos, não iniciados em nossa forma de pensar. Sire (2004, p. 21-22) resume bem isso: “Uma cosmovisão é composta de um conjunto de pressuposições básicas, mais ou menos consistentes umas com as outras, mais ou menos verdadeiras. Em geral, não costumam ser questionadas por nós mesmos, raramente ou nunca são mencionadas por nossos amigos, e são apenas lembradas quando somos desafiados por um estrangeiro de outro universo ideológico”.

Deste modo, aplicando este princípio à história, podemos dizer que o historiador em seu labor operará sempre com os seus pressupostos; todavia, ele deverá esforçar-se para que eles não interfiram na evidência dos “fatos”, a fim de não sacrificar a “verdade” por sua paixão, que as evidências, por sua clareza, revelam ser equivocadas.

A nossa cosmovisão não deve servir apenas – aliás, um “apenas” injustificável em si mesmo –, para um exibicionismo pretensamente acadêmico, ufanismo ignorante ou mesmo como demarcação de terreno no qual nada se sucede, exceto a presunção compartilhada e demarcada por outras cosmovisões. A nossa cosmovisão consciente deve estar comprometida com a busca de coerência perceptiva e existencial. Há compromissos sérios entre o que cremos e como agimos. Um distanciamento consciente e docemente acalentado e justificado entre o crer e o fazer, produz uma esquizofrenia intelectual, emocional e espiritual, cuja solução definitiva envolverá um destes caminhos: ou mudar a nossa crença ou abandonar a nossa práxis.

Para o cristão, cosmovisão é compromisso de fé e prática.

Nash (2008, p. 29) parece-nos oportuno aqui: “Cosmovisões deveriam não apenas ser testadas em uma aula de filosofia, mas também no laboratório da vida.”

Uma coisa é uma cosmovisão passar no teste teórico (razão e experiência); outra é passar no teste prático. As pessoas que professam uma cosmovisão podem viver consistentemente em harmonia com o sistema que professam? Ou descobriremos que elas foram forçadas a viver segundo crenças emprestadas de sistemas concorrentes? Tal descoberta, eu acho, deveria, produzir mais do que embaraço.

3 - O DESAFIO DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ EM UMA SOCIEDADE PLURALISTA

Este tópico final traz consigo pressupostos importantes. Destaco alguns:

- A existência de uma “cosmovisão cristã”.
- A inserção do cristão na sociedade que, devido aos seus valores diferentes, enfrenta, com frequência, momentos de tensão.
- A compreensão da existência de desafios absolutos e relativos e que estes, algumas vezes, tornam-se absolutos na subjetividade daquele que percebe como percebe a sociedade na qual vive.
- O cristão tem um relevante papel a desempenhar no seu tempo e lugar onde vive.

Considero isto tudo de grande relevância. Tratemos de algumas destas questões de forma assistemática. Começo pela palavra desafio.

3.1. A Questão do “Desafio”

Só há desafio onde existe a perda de fé em algo ou alguém. O desafio pode ser feito para justamente provar que há razão para a fé apesar da descrença considerada por quem assim crê, infundada. Deste modo, podemos ilustrar:

- Desafio porque não mais acredito que você possa fazer ou provar: “Desafio você a me provar isso”; “Desafio a fazer o que disse”; duelo. Em síntese: pago para ver...
- Desafio você ou a mim mesmo para provar que somos capazes. Neste caso, buscamos ou criamos estímulos para demonstrar o quanto a falta de fé do outro era infundada. Na realidade, a falta de fé do outro pode ser um desafio para que eu mostre que sou capaz.

Chesterton (1874-1936), por exemplo, inicia o seu livro *Ortodoxia* (1908) assim: “A única desculpa possível para este livro é que se trata de uma resposta a um desafio”. Ele se refere à crítica feita pelo jornalista britânico George S. Street (1867-1936) ao seu livro anterior, *Hereges* (1905). Continua: “Talvez tenha sido uma sugestão incauta, dirigida como foi a alguém sempre mais que disposto a escrever um livro diante da mais ligeira provocação” (2008, p. 17).

- Alguém me desafia porque acredita que tenho potencial para realizar determinada tarefa enquanto que eu mesmo esteja descrente e inseguro quanto a isso.
- Posso também participar de um desafio, por exemplo, musical, no qual nos desafiemos com o intuito de criar situações embaraçosas para o outro a fim de testar a sua superação e vice-versa (“canto ao desafio”).
- Posso também, de forma amena, dizer que tais pratos desafiam a minha dieta. Sinto-me instigado a quebrá-la. No caso, eu como desafiante e desafiado estou sem fé em minha capacidade de resistência.... A dieta começará amanhã....
- Considerando-me capaz, “desafio o perigo”; não acredito que ele seja tão perigoso assim....

O desafio sempre pressupõe a fé e a falta de fé; ambas caminham juntas, ainda que não concomitantemente, na mesma direção.

Curiosamente, o verbo “desafiar” (latim: *Disfidare*) traz em si o sentido de perda da fé, confiança.

Conduzindo a questão ao nosso tema, podemos dizer que o nosso desafio absoluto como cristãos – o desafio existe porque, usando a expressão de Lutero (1483-1546) somos simultaneamente justo e pecador (“*Simul justus et peccator*”) –, é de obedecer a Deus; este é o nosso desafio absoluto; a nossa luta, o nosso bom combate da fé.

Esta luta sempre vale a pena. No entanto, como seres contingentes que somos devido ao nosso pecado e pela condição de “criatura”, os absolutos assumem configurações próprias, relativas, conforme a nossa percepção da realidade no mundo no qual vivemos. Com a relatividade do absoluto não estou negando a sua condição de imperativo categórico, antes, estou afirmando a nossa contingência que faz com que, de acordo com a relação que estabelecemos com o nosso meio, aliada à necessidade imperiosa e fundamental de sermos fiéis a Deus, nos sintamos desafiados a interpretar e agir conforme a nossa fé naquelas circunstâncias. Exemplifico: Um pastor de uma igreja de classe média, observando a pobreza e carência de sua região, pode sentir-se desafiado a desenvolver um intenso trabalho social, partilhando dos benefícios da fé cristã com o seu próximo, por intermédio de escolas, creches, cursos de orientação sobre higiene, prevenção de drogas, cidadania, etc. Neste caso, este pastor sentiu-se desafiado pela condição social de seus vizinhos, a manifestar a sua fé desta maneira: o absoluto se relativizou nesta prática; nesta relação com o seu habitat.

Tomemos outro exemplo: Sou um professor universitário e observo que muitos de meus alunos estão sendo conduzidos a uma forma de ver a realidade totalmente distante de valores cristãos, caminhando dentro de um vácuo no qual seus professores esforçam-se por destruir toda a sua fé, restando-lhe apenas o cinismo e sarcasmo como manifestações de discordância, atitudes que nada acrescentam na solução de seus problemas. Posso entender que o meu desafio como cristão é tentar me aproximar desses jovens, ouvi-los, criar grupos de estudo, debater questões que fundamentam a nossa perspectiva e que devem nos conduzir ao redirecionamento de nossas forças, etc. Pois bem, em ambos os exemplos, que obviamente não esgotam a realidade, temos a aplicação de uma fé que deseja agradar a Deus sendo-lhe obediente mas, que a direcionou, conforme sua percepção e possibilidade, para estas questões.

Um risco que corremos sempre é o de achar que o nosso desafio é maior do que o do nosso irmão, ou que ambos se excluem, como se não fosse possível ambos conviverem, visto que não se excluem e caminham na mesma direção: obediência ao absoluto.

Foi dentro desta perspectiva, para citar apenas alguns exemplos, que surgiram as escolas, creches, academias, asilos, hospitais, inúmeros projetos, etc., criados pelas igrejas. É preciso que não criemos excludências em que há apenas percepções diferentes. Aliás, esta pode ser uma forma perigosa, autoritária, ideológica e não cristã de rotular aqueles que não aderem as suas lutas. E mais: a nossa percepção, por si só não se sustenta como paradigma da verdade; o nosso tribunal definitivo é o Espírito falando por intermédio das Escrituras. Portanto, nos desafiemos com fé, certos de que, pelo Espírito, poderemos ser cada vez mais eficazes na vivência de nossa fé na sociedade.

3.2. O Absoluto em uma Sociedade Absolutamente Iludida

Desde o Iluminismo prevalece a compreensão de que o homem, por meio de sua razão, é a lei para si mesmo; é ele quem se governa não um outro (heteronomia). Dentro desta perspectiva otimista, cria-se uma religião humanista cujo centro é o homem e a confiança em suas potencialidades.

O secularismo consiste na pretensão humana em ser autônomo, reduzindo a realidade à nossa percepção limitada do concreto: O real é o concreto ou o que do concreto se pode perceber. O secularismo (mundanismo) – ainda que, muitas vezes, de forma imperceptível, com grande força domina a nossa perspectiva e, portanto, a nossa visão e percepção da realidade. Deparamo-nos com uma questão epistemológica. No secularismo a criatura assume o lugar de Criador (Rm 1.25); Deus é descartado ou, no mínimo colocado num lugar decorativo onde a sua presença não é notada nem a sua falta sentida. Assim temos um “ateísmo prático”. Notemos que a autonomia sempre será heteronômica, visto que não há alternativa: ou servimos ao pecado - ou seja, a nós mesmos e à nossa perspectiva distorcida da realidade -, ou servimos a Deus, em Quem de fato temos uma “autonomia teológica”.

Num mundo amplamente secularizando, em que os valores terrenos tendem a cada vez mais não simplesmente ter a hegemonia mas a totalidade da existência humana, creio que a teologia cristã tem um papel muito especial a desempenhar na sociedade, em apontar de forma concreta para o sentido da vida humana e a necessidade do homem relacionar-se com o seu Criador. “Somente quando há fé na conexão orgânica do Universo, haverá também a possibilidade para a ciência subir da investigação empírica dos fenômenos especiais para o geral, e do geral para a lei que governa acima dele, e desta lei para o princípio que domina sobre tudo”, conclui Kuyper (2002, p. 123). O nosso desafio, portanto, não é abandonar este século, antes, conquistá-lo para o Senhor.

O homem partilha de duas identidades: uma divina e outra animal. Em certo sentido nós não somos diferentes dos cães, gatos, macacos e de outros animais, visto que todos nós fomos criados por Deus; neste sentido há, digamos assim, uma igualdade: toda criação é proveniente da vontade de Deus.

Salomão, na velhice, mostrando a nulidade da sabedoria do homem e a fragilidade da vida humana, escreve: “Porque o que sucede aos filhos dos homens, sucede aos animais; o mesmo lhes sucede: como morre um, assim morre o outro, todos tem o mesmo fôlego de vida, e nenhuma vanglória tem o homem sobre os animais; porque tudo é vaidade. Todos vão para o mesmo lugar; todos procedem do pó, e ao pó tornarão” (Ec 3.19,20).

Se por um lado o homem partilha com os outros animais de uma identidade de criação, por outro, estabelece-se biblicamente uma grande distância entre o homem e o resto da criação porque fomos criados à imagem de Deus, por isso, somos seres pessoais como Deus é, temos uma personalidade que permite não nos limitarmos ao nosso corpo, embora este faça parte de nós e não lhe seja algo mau, inferior ou desprezível: a alma e o corpo são criações de Deus e, Ele mesmo pelo Seu poder ressuscitará o nosso corpo na vinda gloriosamente triunfante de Jesus Cristo.

Entretanto, o homem tem seus limites físicos, intelectuais, morais e espirituais; isto se deve basicamente por ser ele criatura e não Criador e, também, em decorrência do seu pecado que trouxe como consequência a morte (Rm 6.23). A Bíblia apresenta com frequência as limitações do homem e, em muitas das vezes, a nossa debilidade é manifesta em decorrência da comparação feita entre nós criaturas e Deus Criador e Senhor de todas as coisas. A Teologia deve acenar de forma contundente para a questão da necessidade do

homem que agoniza em seus referenciais seculares, mostrando o caminho do transcendente, do Deus da revelação bíblica como Aquele que confere sentido à existência e a todo saber.

A Palavra nos diz que Jesus Cristo morreu, segundo a vontade de Deus, para nos libertar do domínio do mundo, dos valores da mundanidade que contaminam nossa maneira de perceber e atuar na realidade, a fim de que vivamos para Ele. Paulo escreve: “O qual se entregou a si mesmo pelos nossos pecados, para nos desarraigar deste mundo perverso, segundo a vontade de nosso Deus e Pai” (Gl 1.4).

Numa sociedade onde a “realidade” é socialmente construída através da “linguagem cultural” não há lugar para absolutos; tudo torna-se relativo. Deste modo, tudo é possível dentro dos significados conferidos pelas pessoas individualmente. Acontece, que o homem em sua finitude envolto no paradoxo de sua animalidade e prodigialidade precisa de um referencial para si fora de si mesmo e da sociedade na qual está inserido. Nesta altura, parece-nos oportuno o comentário de Lloyd-Jones, quando observa que Jesus Cristo viveu séculos depois de um período de exuberância intelectual, marcado pelos maiores luminares do pensamento grego - Sócrates, Platão e Aristóteles -, no entanto, diante de um auditório de formação modesta e em geral de recursos débeis, Jesus diz: “Vós sois a luz do mundo” (Mt 5.14). Na realidade, e isto é extremamente estimulante, a Igreja como povo de Deus é desafiada em sua própria existência e testemunho a ser o sal da terra e luz do mundo; e isso ela faz, não pelo acúmulo de conhecimento - que sem dúvida por intermédio da história tem revelado de modo indelével a “graça comum” de Deus -, nem pela acomodação aos valores hodiernos buscando uma maior popularidade, mas no discernimento dado por Deus para agir no mundo, com a sabedoria do alto, aquela que dá sentido e utilidade eficaz ao conhecimento. O poder da igreja não está em sua grandeza numérica, riqueza ou capacidade de influenciar intelectualmente, antes, na vida daqueles que lhe pertencem. Sem a sabedoria concedida por Deus, o conhecimento humano toma-se motivo de pretensão frívola ou um fardo que nos permite ver mais claramente aspectos da realidade sem, contudo, ter a solução definitiva. O iluminismo sobre muitos aspectos trouxe não a luz mas as trevas. Ele propôs uma autonomia que jamais poderia ser alcançada, visto que a genuína “autonomia” exige a coragem da “teonomia”, a submissão aos princípios de Deus expressos em Sua Palavra. Sem o discernimento concedido por Deus, não temos condições de avaliar a nossa época e apresentar a resposta cristã ao desespero do homem sem Deus e sem valores definidos. Os valores reais não são simplesmente socialmente construídos, antes provém do Deus transcendente e pessoal que Se revela e Se relaciona conosco.

Portanto, a esperança para o mundo em última instância, não está na ciência, mas nos homens fiéis a Deus, que usam dos recursos fornecidos por Deus para a Sua Glória. Deste modo, a Igreja como luz do mundo e sal da terra, se constitui numa bênção inestimável para toda a humanidade. Esta verdade precisa ser proclamada quer pela palavra quer, principalmente, pela nossa perspectiva do mundo que se materialize em nossas ações

A Teologia não termina em conhecimento teórico e abstrato, antes se plenifica no conhecimento prático e existencial de Deus por intermédio da Sua Revelação nas Escrituras Sagradas, mediante a iluminação do Espírito. Conhecer a Deus é obedecer a Seus mandamentos. “A boa teologia desloca-se da cabeça até o coração e, finalmente, até a mão”. A Teologia não pode ser um estudo descompromissado feito por um transeunte acadêmico; ela é função da Igreja Cristã, dentro da qual estamos inseridos. “Estudamos dogmática como membros da Igreja, com a consciência que temos uma incumbência dada por ela, um serviço a lhe prestar, devido a uma compulsão que pode originar-se somente no seu interior”. “Pensamento dogmático não é somente pensar sobre a fé, é um pensar crendo”, conclui Brunner.

O interesse puramente acadêmico pela teologia é incapaz de contribuir por si só para a solidificação da teologia e da fé da igreja.

A teologia é uma expressão de fé da igreja amparada nas Escrituras. Toda teologia é, portanto, apaixonada. Como falar de Deus e de Sua Palavra de forma “objetiva” e distante do seu “objeto”? A teologia é elaborada pelos crentes; o caminho da fé é o caminho da paixão.

O teólogo sempre será um apaixonado. Aliás, adaptando Kierkegaard, diria que um teólogo sem paixão é um “tipo” medíocre.

“A teologia é serva da igreja”. Este serviço será relevante se antes, a teologia for serva da Palavra. A grande virtude do que serve é ser encontrado fiel (1Co 4.2). O teólogo não pode ter outro propósito do que o glorificar a Deus por meio da compreensão fiel das Escrituras e no seu ensino ao povo de Deus.

4 - DEFENDENDO A VERDADE EM UM MUNDO RELATIVISTA

Toda afirmação envolve definições que, por sua vez, são delimitações, recortes da realidade. Portanto, toda afirmação envolve, necessariamente, negação, exclusão. A nossa perspectiva teológica por si só determina uma forma de perceber a realidade e de atuar na mesma. O Cristianismo, como não poderia deixar de ser, sustenta verdades que – ainda que nós cristãos, possamos divergir em muitos pontos – o distingue das demais religiões. Deste modo, sustentando a fé cristã, bem como qualquer outra religião ou sistema de crenças, estaremos nos colocando em oposição a outras formas de perceber e, por isso mesmo, de crer. Assim sendo, a tentativa ingênua de criar uma compatibilidade universal de nossa fé consiste, justamente, em negar os seus aspectos distintivos e particulares. Se fosse para ser assim, para que serviria a fé cristã?

O teólogo sabe que a teologia é uma busca humana por compreender e sistematizar a revelação; e como humanos que somos, podemos nos enganar. A teologia, portanto, está, de certa forma, sempre à caminho, em busca de uma compreensão mais exaustiva das Escrituras. Entretanto, como em todas as demais ciências, nós cristãos, temos nossos pressupostos; o nosso é que a Bíblia é o registro inspirado e inerrante da Palavra de Deus. Disto não abrimos mão. Estamos convencidos que uma visão relapsa da Palavra determina o fracasso teológico e espiritual da Igreja.

Sei também que é comum os homens confundirem as suas interpretações com a própria verdade. Infalível é a Escritura, não a nossa interpretação. No entanto, quando sou possuído por uma interpretação, já não consigo imaginar uma conclusão “racional” diferente. A nossa perspectiva tende a assumir um tom “final”, ainda que em nosso discurso a nossa perspectiva seja mostrada como uma das possíveis interpretações. Contudo, ainda que não estejamos propondo a propriedade absoluta da verdade, defendemos a necessidade de sustentá-la e defendê-la. Este é o nosso ponto.

4.1. Nada Podemos Contra a Verdade

“Porque nada podemos contra a verdade, senão em favor da própria verdade” (2Co 13.8). Paulo diz que nada podemos, não temos poder algum contra a verdade. Ou seja, somos totalmente impotentes quando agimos contra a verdade; ela sempre reaparece como que das cinzas a que a julgávamos condenada. A verdade é o que é: “Ainda que o mundo inteiro fosse incrédulo, a verdade de Deus permaneceria inabalável e intocável”. No entanto, uma questão que em nossos dias, possivelmente, viria antes dessa, é: por acaso você acredita em verdades absolutas?

4.2. Alguns Valores Contemporâneos

“Os cristãos colocam a teologia em risco quando ignoram o iluminismo”, enfatizam Grenz e Olson.

O iluminismo é, de certo modo, um filho tardio do humanismo renascentista. As concepções da Filosofia e da Ciência Moderna dentro de um processo de evolução intelectual contribuíram para que surgisse um novo espírito, caracterizado pela autonomia da razão em detrimento da tradição ou de qualquer outro padrão externo. A razão aqui pretendeu estender os seus limites para todo o ramo do saber, negando-se a reconhecer limites fora de

si mesma; deste modo, ela num gesto sem-cerimônia, invade os “domínios” da ética, da epistemologia, da política e da religião, tendo como elemento aferidor de toda a realidade a razão autônoma. Para isso, o Iluminismo rejeita qualquer “ajuda” transcendente; ele deseja somente o que pode conseguir com a sua razão, com seus próprios esforços: os seus recursos são suficientes para entender e explicar o mundo ou o que quer que seja que se lhe apresente como carente de explicação.

O Iluminismo que durou cerca de 150 anos (1650-1800), tem como uma de suas características fundamentais o retorno constante à razão, não mais à revelação; o homem racional é o centro do universo; ele assumiu o lugar da revelação e a sua razão se constituiu no critério absoluto da verdade. O homem é a medida de todas as coisas e a razão é o seu instrumento de medição; é o cânon da verdade; o método científico é o agente da onipotente razão, capaz de dizer que “o que é é” e “o que não é não é”.

Desta forma, não há realidade intrínseca, toda a verdade é relativa, sendo credenciada pela todopoderosa razão. Assim, a razão é quem legitima o que quer que seja que tenha pretensão à existência. Reivindicar existência ou relevância pela sua própria condição de ser, seria o mesmo que negar a autonomia da razão, elegendo um outro padrão epistemológico paralelo e marginal; isto seria uma heteronomia.

Tudo, menos isto: a autonomia intelectual deve permanecer! As coisas são o que são porque eu digo que são.

Com as descobertas de novas culturas e suas religiões (a partir do século XVII), tentou-se fazer do cristianismo apenas mais uma religião, sendo um produto do gênio inventivo do homem. Agora, fala-se das grandes religiões do mundo, surgindo então, uma nova disciplina; a das religiões comparadas, objetivando fazer melhores estudos das religiões não-cristãs, analisando os seus pontos de contato com o cristianismo e suas distinções.

A conclusão chegada destes estudos por parte dos iluministas, é que nenhuma religião por si só pode reivindicar a verdade total na presença doutras religiões.

Este tipo de aproximação metodológica acarretava o fim de uma teologia vigorosa e forte, caracterizando-se por um desvio do estudo bíblico e teológico para uma abordagem apenas histórica; o ecumenismo decreta, de forma explícita ou não, o fim da voz profética de uma Igreja, tendo como critério avaliativo apenas o que promove a “unidade”, ainda que em detrimento da verdade. Esquecendo-se de que a genuína unidade é produzida pelo Espírito! (Ef 4.3).

Neste tópico, desejamos apresentar algumas das características do pensamento contemporâneo:

4.3. Antidogmatismo

Mondin descreve de forma resumida a atitude antidogmática: “O homem moderno é antidogmático e antitradicional: a partir do século do Iluminismo, tornou-se cada vez mais rebelde a aceitar qualquer afirmação ou verdade que não venha de si mesmo ou que, pelo menos, não possa ser por ele compreendida e verificada experimentalmente tem, pois, profunda aversão a tudo que foi transmitido pelo passado, a qualquer forma de tradição. A ideia de tradição foi substituída pela de evolução e de progresso. A ‘perfeição’, o modelo ideal, portanto, não está no passado, mas no futuro”.

A palavra “Dogmatismo” vem do grego *do/gma* (parecer, ser de opinião de) –, que comporta as seguintes traduções: decisão, opinião, certeza, proposição, enunciação, doutrina, verdade, decreto, estatuto, ordenança, parecer. (Vejam-se: Lc 2.1; At 16.4; 17.7; Ef 2.15; Cl 2.14); “decreto real” (LXX: Et 4.8; 9.1; Dn 3.10,29). O verbo *doke/w* pode ser traduzido por: pensar, cuidar, considerar, supor (Vejam-se: Mt 3.9; Lc 24.37; 1Co 3.18; Hb 10.29; Tg 4.5). O verbo *dogmati/zw* não é encontrado no grego clássico. Temos em Josefo, com o mesmo sentido do substantivo: “representar e afirmar uma opinião ou princípio” e na LXX, “proclamar um edito” (Dn 2.13; Et 3.9; 2Mac. 10.8). A palavra paradoxo (*para/docoj*) tem o sentido de “contrário à opinião comum”.

Na Antiguidade, os gregos usavam a expressão para identificar qualquer opinião aceita como verdadeira, e também, para se referirem a uma ordem ou decreto do soberano ou da assembleia. No campo filosófico, o dogmatismo era o designativo aplicado a todo sistema que aceitasse certas teses como sendo verdadeiras; neste caso, o dogmatismo era contraposto ao ceticismo.

Os céticos denominavam de “dogmáticos”, os filósofos que sem o estudo e exame criteriosos, partindo de seus princípios, se limitavam a afirmar suas teses ou opiniões. Desta forma, foi feita a contraposição entre os dogmáticos que definiam sobre cada ponto a sua opinião, e os filósofos céticos, que não a definiam, suspendendo o juízo.

A partir de Kant (1724-1804), o termo adquiriu um sentido pejorativo, passando, geralmente, a significar a afirmação de uma doutrina, cuja validade, pretensamente, não pode ser contestada.

Numa forma mais depreciativa, dogmatismo tomou a conotação de toda e qualquer posição doutrinária que afirma, sem declarar com evidências seguras, suas posições, tentando impô-las como algo verdadeiro e final. O salmista retrata este comportamento que chama de perverso e soberbo: “O perverso, na sua soberba, não investiga; que não há Deus são todas as suas cogitações” (Sl 10.4).

Nesta acepção, o dogmatismo assume um caráter ideológico e político, mediante a imposição de uma ideia, que deve ser aceita sem maiores investigações. Deste modo, podemos observar que ninguém está livre do dogmatismo. Por isso, pode-se falar do dogmatismo do Estado, da Religião, do grupo social, etc., os quais podem se valer do estabelecimento de um aparelho ideológico para perpetuar os seus dogmas e para punir os seus infratores.

Na epistemologia, considera-se dogmatismo – dogmatismo gnoseológico –, aquela posição que afirma, que no contato entre o sujeito e o objeto temos um conhecimento exato e verdadeiro, não pairando nenhuma dúvida sobre o mesmo. Neste caso, julga-se a razão humana como sendo capaz de atingir a verdade absoluta, não havendo de fato o problema do conhecimento.

Normalmente, quando definimos o dogmatismo, nos referimos ao “dogmatismo ingênuo” ou absoluto, que consiste em não duvidar do valor de seus conhecimentos. Esta é psicológica e historicamente a primeira posição do homem. O primeiro momento do homem é de certeza; a dúvida só aparece quando ele começa a questionar a sua percepção dos fatos. Historicamente, foram os sofistas, os primeiros a identificarem o problema do conhecimento. Desde então, a reflexão sobre esta questão se tornou uma constante no pensamento filosófico.

O dogmatismo tem por supostas a possibilidade e a realidade de contatos entre o sujeito e o objeto. Os objetos do conhecimento nos são dados absolutamente e não meramente por obra da função intermediária de nossa percepção. É para ele evidente que o sujeito, a consciência cognoscente, apreenda o objeto. Deste modo, aquilo que percebemos corresponde de fato à essência do objeto percebido.

Há aqui uma inteira confiança em suas faculdades intelectuais como meio eficaz de se atingir as verdades relativas ao homem, ao universo e a Deus. No fenômeno do conhecimento, portanto, não existe a relação entre sujeito e objeto, o que vale é apenas o sujeito que diz o que é. O dogmatismo pode ser caracterizado por um total otimismo gnosiológico.

O fato de que todos os valores pressupõem uma consciência avaliadora, permanece tão desconhecido para o dogmatismo, como o de que todos os objetos do conhecimento implicam a existência de uma consciência cognoscente. O dogmático passa por cima destas considerações, ignorando a subjetividade do sujeito e o “ruído” de sua percepção. Por isso, nesta confiança cega na razão humana, ele aceita despreocupadamente, por assim dizer, todas as afirmações da razão, ignorando os seus limites, sem se dar conta de que “nenhuma filosofia humana pode ser a completa verdade divina”.

Sem dúvida, o dogmatismo peca por sua exagerada confiança na razão. Todavia, perguntamos: é possível viver sem dogmas? Observe que qualquer alternativa a esta

pergunta pressupõe um tipo de certeza. Não seria possível um dogmatismo, fruto de pesquisa e de observação, que acredite nas suas conclusões, mas, que ao mesmo tempo, esteja disposto a mudar de opinião se for convencido? Propomos um dogmatismo crítico que, embora não alegue ser o proprietário da verdade, crê na verdade absoluta e na possibilidade de alcançá-la. Estou de acordo com Leibniz quando afirma que “muitas opiniões que passam por verdades não são outra coisa senão efeitos do costume e da credulidade, e que há também verdades que certos filósofos querem fazer passar por preconceitos, as quais, no entanto se fundam na reta razão e na natureza”. Para não cairmos nesta armadilha temos que exercitar o nosso juízo crítico. Uma dose de relativismo, apenas como um tempero corretivo pode ser-nos útil aqui. Contudo, precisamos enfatizar que a atitude simplesmente antidogmática se equivoca pela sua percepção, julgada correta, de que não podemos ter certeza de nada. Caímos, assim, num tipo de dogmatismo negativo. Desta forma, qualquer posicionamento tido como certo e verdadeiro é rotulado deste modo.

Obviamente, este tipo de raciocínio por si só mostra a sua fragilidade visto que para eu chegar a uma conclusão antidogmática é preciso ter alguma certeza. Numa sociedade que preza imensamente a liberdade para fazer o que bem entender em cada circunstância sem maiores compromissos com o antes e o depois, sem nenhuma preocupação com a coerência de seus atos, a certeza por si só soará como algo estranho e inibidor de seu comportamento. Deste modo qualquer atitude que sustente princípios e regras como verdadeiras será tida como dogmática e, por isso mesmo, retrógrada ou reacionária. A certeza que contradiz o que desejo será sempre dogmática! Portanto, não há espaço para os absolutos da Palavra que nos mostrem o que é correto e o que é errado. Falar desse modo, é ser fundamentalista.

Há sempre o perigo de nosso antidogmatismo se constituir num dogma.

Parece-nos de extrema pertinência a asserção de Renan: “Recusamos igualmente o ceticismo frívolo e o dogmatismo escolástico; somos dogmáticos críticos. Cremos na verdade, embora não pretendamos possuir a verdade absoluta”.

4.4. Relativismo, Subjetivismo, Pragmatismo e Utilitarismo

“Essa é a sua verdade, não a minha...”; “tudo é relativo”; “para aquela época e cultura isso era verdadeiro...”. Quantos de nós já não nos deparamos com afirmações assim? Talvez já até tenhamos falado desse modo. Por trás dessas afirmações, via de regra, está um ou mais destes quatro conceitos: o subjetivismo, o relativismo, o pragmatismo e o utilitarismo.

A. Subjetivismo Ético Individual: Ainda que este nome (subjetivismo) seja moderno (século XIX), a sua percepção é bem antiga, sendo encontrada já nos Sofistas no 5º século a.C. Para o subjetivismo, a validade da verdade está limitada ao sujeito que conhece e julga. Desta forma, não podemos falar de uma realidade idêntica para todo o ser humano. Toda certeza é pessoal, visto que toda a verdade é subjetiva. Os conflitos nada mais são do que interesses e desejos diferentes. O bem e o mal é aquilo que desejo que seja, conforme resumiu Thomas Hobbes: “Seja qual for o objeto do apetite ou desejo de qualquer homem, esse objeto é aquele a que cada um chama bom; ao objeto de seu ódio e aversão chama mau, e ao de seu desprezo chama vil e indigno. Pois, as palavras ‘bom’, ‘mau’ e ‘desprezível’ são sempre usadas em relação à pessoa que as usa. Não há nada que o seja simples e absolutamente, nem há qualquer regra comum do bem e do mal, que possa ser extraída da natureza dos próprios objetos”.

O subjetivismo privilegia o fato de que os seres humanos são diferentes e com compreensões díspares. Assim, toda a verdade encontra um âmbito limitado. No subjetivismo há, de certa forma, a arbitrariedade do sujeito que julga, formulando suas opiniões conforme os seus interesses pessoais, valendo-se de racionalizações para justificar as suas escolhas.

Isaías descreve o estado de subjetivismo ético em que se encontrava os líderes de Israel, praticando de forma descarada toda sorte de perversão moral; contudo, ironicamente, mudando o nome de sua prática.

“Ai dos que puxam para si a iniquidade com cordas de injustiça e o pecado, como com tirantes de carro! E dizem: Apresse-se Deus, leve a cabo a sua obra, para que a vejamos; aproxime-se, manifeste-se o conselho do Santo de Israel, para que o conheçamos. Ai dos que ao mal chamam bem e ao bem, mal; que fazem da escuridade luz e da luz, escuridade; põem o amargo por doce e o doce, por amargo! Ai dos que são sábios a seus próprios olhos e prudentes em seu próprio conceito! Ai dos que são heróis para beber vinho e valentes para misturar bebida forte, os quais por suborno justificam o perverso e ao justo negam justiça! (Is 5.18-23).

“Pelo que o direito se retirou, e a justiça se pôs de longe; porque a verdade anda tropeçando pelas praças, e a retidão não pode entrar. Sim, a verdade sumiu, e quem se desvia do mal é tratado como presa. O SENHOR viu isso e desaprovou o não haver justiça” (Is 59.14-15).

B. Relativismo Ético: Convencionalismo: Para o relativismo, os conceitos considerados verdadeiros são produtos dos valores de uma época, de uma cultura, de um povo. Assim, toda verdade é relativa às crenças de uma sociedade, época, grupo ou cultura. Deste modo, não existe um código moral universalmente válido, antes, há uma infinidade de códigos com reivindicações semelhantes. A questão, portanto, não é quanto à existência de um código moral, antes, a sua validade universal. Este conceito já encontramos nos Sofistas no 5º século a.C., sendo Protágoras (c. 480-410 a.C.) o seu mais famoso defensor, sustentando que “o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são, e das que não são enquanto não são”.

Como a nossa capacidade cognitiva está limitada pelas nossas condições históricas e, também, pelo nosso nível de desenvolvimento filosófico, tecnológico, econômico e social, não podemos conhecer a essência das coisas, mas, sim, como elas se nos apresentam em determinados contextos. Logo, não há um padrão ético universal.

Desta forma, qualquer juízo de valor baseia-se em nossa própria moral. “Assim, nenhum sistema pode, corretamente, ser tomado como verdadeiro ou falso; o máximo que pode ser dito é que tal sistema é válido em dado contexto”. Deste modo, de uma forma ou de outra, o relativismo moral contribui para um tipo de ambiguidade moral.

O subjetivismo e o relativismo se forem absolutos negam a sua própria tese visto que afirmam categoricamente a realidade como sendo subjetiva. Por outro lado, se suas afirmações foram relativas, naturalmente perdem a sua pretensão à universalidade visto que se constituem em apenas mais uma concepção particular da realidade.

Caímos, portanto, num argumento circular. Se todas as “verdades” são válidas relativamente, nenhuma verdade o será absolutamente.

Logo, o seu alcance, relevância e eficácia são absolutamente frágeis. A observação crítica de Lloyd-Jones permanece de forma básica: “Se não existe nenhum cânon moral universal, então, não há pecado”. Cremos que a Palavra de Deus apresenta mandamentos que são supraculturais; eles devem ser observados em qualquer época ou cultura, constituindo-se em imperativos categóricos para todo o cristão em toda e quaisquer circunstâncias.

“O amor é o único candidato para exercer a função de absoluto moral que não é contraproducente, ou seja que não se anula a si mesmo em sua ação”. O homem é livre para servir a Deus e ao seu próximo, realizando-se na execução deste propósito.

Neste sentido, pode-se compreender as palavras de Agostinho: “Conserva, pois, a caridade e fica tranquilo (...). Ama, e assim não poderás fazer senão o bem”. A ética do amor reclama o nosso compromisso intelectual e vivencial. A ética cristã é um desafio constante à sua aplicação às novas situações que o homem se encontra. É uma tentativa humana de entender e aplicar os princípios divinos à cotidianidade humana. É, portanto, um desafio à conformação de nossa prática aquilo que cremos. “A ética cristã é baseada no amor, e amor implica relacionamentos. Embora seja mais fácil amar se nunca tenhamos que lidar de fato com uma pessoa, o amor bíblico é aquele tipo complicado que significa se envolver com pessoas reais”.

C. Pragmatismo: A palavra “Pragmatismo” é proveniente do grego *Pragma*, que significa, entre outras coisas, “negócio”, “ato”, “ação”, “evento”. O termo “pragmatismo” foi “introduzido pela primeira vez em filosofia por Charles Peirce [1839-1914], em 1878”, conforme nos informa W. James. No entanto, William James é considerado o fundador do Pragmatismo.

Como sistema de pensamento, o pragmatismo parte da concepção de que o homem não é essencialmente um ser teórico, com preocupações transcendentais; antes, a sua inteligência está voltada para a concretização dos seus propósitos, que são eminentemente práticos; por isso, todo o conhecimento tem um objetivo prático.

No pragmatismo, temos o rompimento com o pensamento metafísico; o que importa é a funcionalidade. O correto é aquilo que funciona ou satisfaz. Assim, o valor intrínseco foi substituído pela eficácia; ou seja, se funciona tem valor; as ideias verdadeiras são as que funcionam, são valiosas. Deste modo, não existem absolutos; tudo é relativo: Os conceitos que dentro de nossa percepção não se mostram relevantes, são descartados. Por outro lado, se você e eu propusermos soluções contraditórias para os nossos problemas e ambas as aplicações funcionarem, elas poderão ser consideradas igualmente verdadeiras.

Neste sentido, a religião só pode ser avaliada pelos seus efeitos psicológicos e morais. William James escreveu:

“Se as idéias teológicas provam que têm valor para a vida concreta, são verdadeiras, pois o pragmatismo as aceita, no sentido de serem boas para tanto. O quanto serão verdadeiras dependerá inteiramente de suas relações com as demais verdades, que têm, também, de ser reconhecidas.

O pragmatismo está disposto a tomar tudo, a seguir ou a lógica ou os sentidos e a contar com as experiências mais pessoais e mais humildes. Levará em conta as experiências místicas se tiverem consequências práticas. Acolherá a um Deus que viva no âmago mesmo do fato privado – se esse lhe parecer um lugar provável para encontrá-lo.

“O seu único teste de verdade provável é o que trabalha melhor o sentido de conduzirmos, o que se adapta melhor a cada parte da vida e combina com a coletividade dos reclamos da experiência, nada sendo omitido. Se as ideias teológicas podem fazer isso, se a noção de Deus, em particular, prova que pode fazer isso, como pode o pragmatismo, em sua consciência, negar a existência de Deus? O pragmatismo não pode ver sentido em tratar como ‘não verdadeira’ uma noção que foi tão bem sucedida pragmaticamente. Que outra espécie de verdade poderia haver, para o pragmatismo, que toda essa concordância com a realidade concreta?”

D. Utilitarismo: Grosso modo, o utilitarismo ensina que uma ação é certa quando promove (ou pelo menos procura promover) a maior felicidade do maior número possível de pessoas. Assim, a ação deve ser julgada a partir de suas consequências boas ou más. Deste modo, as questões morais não precisam ser resolvidas a partir de um referencial transcendente, antes na sua praticidade. O que for prático é moral.

Jeremy Bentham (1748-1832), que era “hedonista”, seguiu o conceito de Epicuro (341-270 a.C.), que entendia que a vida devia ser regida pelo “princípio do prazer”. Epicuro conceitua:

“Chamamos ao prazer princípio e fim da vida feliz. Com efeito, sabemos que é o primeiro bem, o bem inato, e que dele derivamos toda a escolha ou recusa e chegamos a ele valorizando todo bem com critério do efeito que nos produz”.

Assim, Bentham escreve:

“A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos”.

“Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade.”

E o bem da comunidade, onde fica? A isto, Bentham responde:

“A comunidade constitui um corpo fictício, composto de pessoas individuais que se consideram como constituindo os seus membros. Qual é, neste caso, o interesse da comunidade? A soma dos interesses dos diversos membros que integram a referida comunidade. É inútil falar do interesse da comunidade, se não se compreender qual é o interesse do indivíduo.”

Analisando o primeiro aspecto do Utilitarismo (expresso por J.S. Mill), perguntamos: Como o homem com as suas limitações próprias, poderá determinar aquilo que resultará das suas ações? Há atitudes que, a princípio, parecem “funcionar” bem; todavia, depois de um certo tempo, constatamos que fomos enganados pelo nosso imediatismo (Pv 14.12). As pessoas valem apenas como meio para se atingir determinado fim ou valem em si mesmas? Respeito as pessoas porque idealizo algum fim útil ou simplesmente porque elas devem ser respeitadas como imagem e semelhança de Deus? O lazer serve apenas para que eu, posteriormente, produza mais ou, tem o seu próprio valor como algo recompensador concedido pelo próprio Deus? A procura do bem para o maior número de pessoas poderá justificar massacres e atos altamente discriminatórios. Se pudéssemos provar – sim, como mensurar a intensidade da dor e do prazer? Que unidade de medida usaríamos? –, por exemplo, que a devolução de todos os nordestinos de São Paulo para as suas cidades de origem contribuiria para a maior felicidade de um grupo bem mais numérico de paulistanos que teriam assim melhores oportunidades de emprego, tal atitude estaria justificada dentro do utilitarismo.

Quanto ao hedonismo, observamos que esta é a atitude natural do homem entregue aos seus pecados. Surgem daí, algumas perguntas:

Todos os prazeres são bons? O prazer sádico é mal. Toda a dor é má? A dor resultante do trabalho ou estudo prolongado, pode ser boa.

O princípio bíblico é totalmente oposto ao do utilitarismo (Mt 22.39; Rm 14.19; 1Co 10.23-24; 13.5). Jesus Cristo é o nosso modelo perfeito (1Jo 3.16; Fp 2.5-11). Veith (1999, p. 27) acentua: “O utilitarismo é um modo de enfrentar questões morais sem Deus”.

Packer resume bem a nossa cultura neste particular, fazendo-nos um alerta: “Hedonismo significa entronizar o prazer como o valor supremo da vida, e por conseguinte, como a meta buscada. (...) A cultura popular ocidental é basicamente hedonista, e os cristãos modernos acham-se constantemente expostos à sua influência e lavagem cerebral, através da mídia e dos relacionamentos da vida que os arrastam pelo caminho hedonista”.

Finalizando este tópico, observamos que, levados às últimas consequências, o relativismo, o pragmatismo, o subjetivismo e o utilitarismo se confundem com o ceticismo, na negação, ainda que parcial, da verdade ou na compreensão de que não existe verdade objetiva. Esta atitude é pueril, como bem já identificara Agostinho: “Quem quer que duvide da existência da verdade, possui em si mesmo, algo verdadeiro, de onde tira todo fundamento para a sua dúvida. Ora todo verdadeiro, só é verdadeiro pela verdade. Não possui, pois, o direito de duvidar da existência da verdade aquele que de um modo ou outro chegou à dúvida. (...) Não é o ato de reflexão que cria as verdades. Ele somente as constata.

Portanto, antes de serem constatadas, elas permaneciam em si, e uma vez constatadas essas verdades nos renovam”. Toda dúvida é sustentada com base em alguma certeza.

Seguindo aquela linha de pensamento, qualquer declaração da existência de uma verdade objetiva torna-se arrogante. Assim sendo, a grande virtude é a “tolerância”, no sentido de que sabemos de que nada sabemos. Não nos iludamos: a chamada tolerância, que tem um apelo tão simpático, tem, na realidade, se tornado em instrumento para neutralizar o conceito de verdade e de mentira, ou como disse Colson, “hoje, a tolerância é usada para chamar o mal de bem e o bem de mal”.

Este comportamento consiste numa desonestidade acadêmica justamente pela acomodação na ignorância simplesmente pelo desinteresse pela verdade. McGrath é incisivo quanto a este ponto:

“Permitir critérios tais como ‘tolerância’ e ‘abertura’ para ser dado maior peso do que seja ‘verdade’ é, simplesmente, um sinal de superficialidade intelectual e de irresponsabilidade moral. A primeira e mais fundamental de todas as perguntas deve ser: É verdade? É digno de fé e confiança? Certamente, a verdade não é garantia de relevância – porém, ninguém pode construir sua vida em torno de uma mentira. Um sistema de crença, por mais consolador e tranquilizador que seja, pode provar ser falso em si mesmo, ou repousar sobre fundamentos completamente espúrios”.

A tolerância – no sentido de você crer de modo diferente do outro, discordar dele, contudo, respeitá-lo como pessoa (tolerância legal e tolerância social) –, nunca deve substituir o interesse pela verdade ou, simplesmente, ter a roupagem daquilo que denominamos de “politicamente correto”. Quanto a este ponto em particular, que Stott chama de “tolerância intelectual”, vale a pena citar as palavras enfáticas de MacArthur Jr.:

“Passividade em relação ao erro conhecido não é uma opção para o cristão. A intolerância para com o erro encontra-se permeada nas próprias Escrituras. E tolerância para com o erro conhecido é tudo menos uma virtude”. Na realidade, a tolerância tem respeito para com a verdade e a sua busca.

Ainda que o ceticismo não seja de fato um determinante da tolerância – em princípio, a atitude de tolerância ou de intolerância vai depender sempre do que cada cultura regule como sendo o comportamento correto –, por questão de coerência – ainda que nem sempre valorizada –, ele contribui para ela, mesmo que não sendo por motivações éticas, mas, sim por questões epistemológicas.

Partindo desses princípios é que surgem as conceituações, até mesmo entre nós, de “verdades relativas”, “verdade de cada um”, e assim por diante. Na realidade, a verdade como sendo o que é, não pode ser relativizada; o que ocorre, é que a nossa compreensão da verdade sofre mutações, conforme as influências internas ligadas à nossa personalidade e os elementos externos, relacionados, por exemplo, à nossa cultura e à nossa época. Todavia, a verdade é o que é. A nossa percepção é que varia. Ou seja: por cremos na existência da verdade absoluta, bem como na possibilidade de conhecê-la, não significa que todos os nossos conhecimentos são absolutos. Pensar, desta forma, seria uma atitude infantilmente arrogante. Não somos proprietários da verdade e, nosso sistema, por melhor que seja, não é infalível nem pode ter a pretensão de esgotar o real. Contudo, cremos que a partir da Escritura temos condições de ter um conhecimento verdadeiro e abrangente da realidade, podendo contribuir na compreensão do mundo e na solução de seus problemas. Veith resume: “Insistir que a Palavra de Deus é absoluta não é insistir que todo o conhecimento seja absoluto. Pelo contrário, uma visão elevada das Escrituras assegura que o conhecimento humano, à parte da Palavra de Deus, é caído, limitado e parcial”.

Nada é mais importante do que Deus e a Sua Palavra; seja qual for o tipo de mudança que precisemos efetuar em nossa vida, não deixemos de considerar atentamente os ensinamentos de Deus. Não permitamos que o modo de viver contemporâneo relativize a Palavra de Deus, que é viva e eficaz para sempre. Este é um perigo constante para nós: substituir a verdade pela simples funcionalidade.

Dentro de uma cultura relativista e pragmática, onde a Palavra é usada apenas como pretexto, não existe lugar para absolutos morais e espirituais; os Dez Mandamentos, por exemplo, desaparecem. Só subsistem algumas porções bíblicas que, com a nossa interpretação duvidosa, servem para nos dar conforto e alimentar os nossos desejos pecaminosos. É necessário que não permitamos que critérios estranhos à Palavra de Deus nos orientem em nossas práticas e decisões. Antes de adotarmos um conceito e assumir um novo comportamento, verifiquemos se isso se harmoniza com a Palavra de Deus; não nos permitamos simplesmente seguir modismos. A nossa ética precisa ser pautada pela Palavra; é urgentemente necessário que não nos deixemos seduzir pelo fascínio do nosso nicho social – ou aquele que admiramos – que tende a nos dar a falsa ideia de onipresença e onipotência. Não tenhamos a pretensão de sermos diferentes ou iguais, antes, fiéis a Deus.

4.5. Pluralismo

No pluralismo a verdade é a primeira vítima fatal. Como a verdade, caso exista, é plural, todas as coisas são possíveis dentro da diversidade do real ou mesmo na falta de seu sentido. Há coisas diferentes, mas não excludentes. Deste modo, alguns princípios da Lógica Formal são meramente ignorados, tais como:

A. O Princípio de Identidade, que afirma que “o que é, é” ou, “tudo que é idêntico ao que já se pensou é necessariamente verdadeiro”, “toda proposição é equivalente a ela mesma” ou, ainda, “todo objeto é idêntico a si mesmo”. Este princípio pode também ser resumido na fórmula: “A é A”, o que quer dizer que uma ideia ou conceito é igual a ele mesmo pelo menos no momento em que se está realizando o pensamento

B. O Princípio de Contradição, que é decorrente do anterior, pode ser assim enunciado: “Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto” ou, de duas contraditórias uma é necessariamente falsa. Se afirmo que “A é A” e que “A não é A”, uma das duas afirmações será falsa. Resumindo: “Nenhuma proposição é verdadeira e falsa ao mesmo tempo”.

C. O Princípio do Terceiro Excluído, é assim expresso: Toda coisa deve ser ou não ser; em outras palavras, com dois juízos contraditórios tais como “A é A” e “A não é A”, não se dá uma terceira possibilidade; não existe um terceiro modo de ser porque um dos dois deve ser necessariamente verdadeiro, uma vez que os dois não podem ser falsos ao mesmo tempo: “De duas proposições contraditórias uma é verdadeira e a outra falsa”. Em lógica não existe mais ou menos verdadeiro ou mais ou menos falso.

Notemos, que este princípio não nos diz qual o verdadeiro, mas, tão só, que dois juízos contraditórios não podem ser concomitantemente falsos. Resumindo: “Toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, não havendo intermediário entre a verdade e a falsidade”.

Em nossa sociedade esses princípios parecem inexistir: Posso, naturalmente, gostar de duas coisas excludentes e compatibilizá-las perfeitamente em minha mente e ações sem que perceba nenhum dilema ou mesmo a necessidade de harmonização. Notemos que a incompatibilidade só é percebida a partir de uma compreensão de duas ou mais teses que se excluem mutuamente. No entanto, para compreendermos isso, é necessário pensar e sinceramente desejar a coerência de pensamento, de valores e de comportamento. Como tudo isso parece irrelevante, passo então a viver como se cada “verdade” fosse “a verdade” – ainda que a verdade não me importe – naquele momento. No campo político e religioso, esta prática é, talvez, uma das mais visíveis em nosso país: não existe incompatibilidade real, apenas circunstancial.

É necessário que entendamos que a pluralidade do conhecimento apenas indica a finitude de nossa compreensão diante da complexidade do real. Podemos ter visões corretas, percepções fidedignas, contudo, diferentes: elas, por si só não esgotam o objeto, são inadequadas para descrever a amplitude do real. Portanto, todas estas descrições podem ser úteis. Contudo, a variedade de explicações não significa a acomodação de pontos excludentes.

No entanto, o pressuposto básico do pluralismo é a falta de absolutos. A sua afirmação seria, no mínimo, uma insensatez, indelicadeza social. Deste modo, cada um deve viver como se aquele momento fosse o momento e que os conceitos não se excluem; a diferença é a “verdade!”; logo, não há princípios absolutos que possam nos orientar em nossa vida e escolhas, exceto as minhas circunstâncias: não tenho compromissos como minhas “escolhas” anteriores. Uma sociedade sem absolutos caminha para o caos moral. Curiosamente, a falta de absolutos é uma forma de acalmar a nossa consciência e dar rédeas soltas a todas as nossas inclinações pecaminosas sem o inconveniente sentimento de culpa. Desta forma, passa a vigorar o que diz uma antiga música popular (1978): “não existe pecado do lado de baixo do Equador”. Assim, estamos em paz.

No entanto, os Mandamentos de Deus permanecem como norma absoluta de todo o nosso pensar, crer e viver. Seremos avaliados por Deus não pelos nossos conceitos circunstanciais, mas, pela Sua Palavra, que é viva e eficaz (Rm 2.16).

5 - A VERDADE DO DEUS VERDADEIRO NUM MUNDO DE MENTIRAS

A verdade revelada nas Escrituras é a realidade como Deus a percebe. Deus percebe as coisas como são. Antes de atribuímos valor à verdade, ela já o tem porque foi Deus quem a criou e lhe confere significado. A verdade é uma expressão de Deus em Si mesmo e na criação. Deus é a verdade, opera por meio da verdade e nos conduz à verdade. A graça de Deus opera pela verdade e, nesta verdade que foi ouvida e compreendida, frutificamos (Cl 1.6). “A verdade é aquilo que é consistente com a mente, a vontade, o caráter, a glória e o ser de Deus. Sendo mais preciso: a verdade é a auto-expressão de Deus”.

O Cristianismo revela a sua coerência lógica e espiritual pelo seu comprometimento com a verdade. Não há relevância na mentira. A proclamação cristã insiste no fato de que Deus é verdadeiro e que Ele Se revela, dando-Se a conhecer. As Escrituras enfatizam esta realidade que confere sentido a toda a nossa existência, quer aqui, quer na eternidade. Deus é transcendente e pessoal; Ele se relaciona pessoalmente conosco.

Contudo, dentro da perspectiva “pós-moderna” há uma crise epistemológica forjada, que gera a concepção de que a verdade, se existe, é inacessível; daí o abandono da procura da verdade e, consequentemente, a carência de ensino sobre a importância da verdade e sobre valores considerados verdadeiros.

Dentro desta perspectiva, procurando evitar o perigo de um agnosticismo absoluto – que seria um suicídio intelectual e da própria tese –, admite-se a verdade dentro do universo singular de cada indivíduo; deste modo, a sua verdade é sua e não tem nenhum valor objetivo, portanto, não há nada nela de universalizante. Deste modo, de posse de minha verdade procuro vivê-la dentro das dimensões de minha subjetividade e nada mais.

Como vimos, quando a verdade é considerada, tem apenas um sentido local e circunstancial: “Minha verdade”, “sua verdade”, “verdade de cada um”, “verdade para aquela época”, “verdade para aquele povo”, etc. Já observaram como no campo das ciências sociais evita-se emitir juízo de valor? Fala-se de “fenômeno”; deste modo, foge-se da questão do certo e errado; verdade e mentira.

Apenas descrevo o “fenômeno”, palavra mágica, que faz-me dizer o “fato” como se manifesta dentro de minha percepção e mais nada.

Atitude ingênua: como se fosse possível ter percepção sem uma gama enorme de valores que a referenciam dentro de meu universo epistemológico.

Partindo desta perspectiva, a verdade passou a ser simplesmente construída; deste modo, não há lugar para absolutos. “Os pós-modernistas rejeitam totalmente a verdade objetiva. A verdade não é uma descoberta feita a partir do mundo externo. Antes, a verdade é uma construção”.

No entanto, as Escrituras nos falam de verdade absoluta, acessível verificável e vivenciável. A Palavra de Deus nos desafia a conhecer a verdade e a praticá-la como testemunho de fé, certos de que o propósito de Deus para o homem é sempre perfeito; a Sua vontade é boa, perfeita e agradável: “E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12.2).

5.1. O Ensino Verdadeiro

Jesus Cristo, por ser verdadeiro, ensina a verdade; o reto ensino. Os fariseus, por sua vez, tentando preparar armadilha para Jesus, partem de um conceito comum entre todos os que O ouviam: a integridade de seu ensino e comportamento. Assim articulam: registra Mateus: “E enviaram-lhe discípulos, juntamente com os herodianos, para dizer-lhe: Mestre, sabemos que és verdadeiro e que ensinas o caminho de Deus, de acordo com a verdade, sem te importares com quem quer que seja, porque não olhas a aparência dos homens” (Mt

22.16). Em narrativa paralela, registrada por Lucas, lemos: “Então, o consultaram, dizendo: Mestre, sabemos que falas e ensinas retamente e não te deixas levar de respeitos humanos, porém ensinas o caminho de Deus segundo a verdade” (Lc 20.21).

O Evangelho é verdadeiro; é a Palavra da verdade (Gl 2.5,14; Ef 1.13; Cl 1.5-6; 2Tm 2.15; Tg 1.18). A Palavra de Deus é a verdade por meio da qual o Espírito nos gera: “Pois, segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade para que fôssemos como que primícias das suas criaturas” (Tg 1.18). É a esta verdade que o Espírito nos conduz, conforme prometera Jesus: “Quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir” (Jo 16.13).

Os caminhos de Deus são verdadeiros em si mesmos, não havendo injustiça. No Apocalipse lemos o cântico dos santos libertos por Deus: “E entoavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei das nações!” (Ap 15.3).

5.2. A Recepção e Apego à Verdade

O Evangelho é para ser recebido como o ensino autoritativo de Deus.

Esta recepção envolve o nosso “andar” nele. A aceitação do Evangelho tem implicações em todas as áreas de nossa vida, não é apenas algo intelectual.

Aqui, de forma indireta, podemos ver a nossa responsabilidade como pregadores. A mensagem que transmitimos exige uma postura responsável, compatível com a sua gravidade e suas implicações.

Paulo se refere aos irmãos da igreja de Corinto como aqueles que receberam o Evangelho e nele perseveraram: “Irmãos, venho lembrar-vos o evangelho que vos anunciei, o qual recebestes e no qual ainda perseverais” (1Co 15.1).

Aos colossenses refere-se ao Evangelho que foi ouvido e entendido e estava produzindo fruto: “por causa da esperança que vos está preservada nos céus, da qual antes ouvistes pela palavra da verdade do evangelho, que chegou até vós; como também, em todo o mundo, está produzindo fruto e crescendo, tal acontece entre vós, desde o dia em que ouvistes e entendestes a graça de Deus na verdade” (Cl 1.5-6).

Paulo dá graças a Deus pelo fato dos tessalonicenses terem recebido com discernimento a Palavra proclamada, procedente de Deus: “Outra razão ainda temos nós para, incessantemente, dar graças a Deus: é que, tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes não como palavra de homens, e sim como, em verdade é, a palavra de Deus, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes” (1Ts 2.1; 1Ts 1.6). Os tessalonicenses ativamente “tomaram posse da Palavra” que ouviram e, num ato subsequente, a receberam de forma prazerosa em seus corações. O receber pode ser um ato ou processo mais imediato; porém, o acolher envolve um processo de assimilação prazerosa, compreensão, aplicação e obediência.

Esta Palavra produz frutos naqueles que crêem. O acolhimento da Palavra faz parte essencial do processo de santificação que se dá gradativamente conforme o Evangelho for preservado em nós. Tiago instrui: “Portanto, despojando-vos de toda impureza e acúmulo de maldade, acolhei, com mansidão, a palavra em vós implantada, a qual é poderosa para salvar a vossa alma” (Tg 1.21).

Paulo, como embaixador do “ministério da reconciliação” (2Co 5.18,20) exorta aos coríntios para que o Evangelho, “a palavra da reconciliação” (2Co 5.19) de Deus, não fosse recebido de modo vão, sem discernimento: “E nós, na qualidade de cooperadores com ele, também vos exortamos a que não recebais em vão a graça de Deus” (2Co 6.1).

A verdade de Deus vai revelando a sua eficácia em nossa vida gradativamente, conforme a formos praticando. Daí a instrução de Paulo no sentido de que devemos seguir a verdade em amor para que possamos nos aperfeiçoar em Cristo: “.... seguindo a verdade em

amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo" (Ef 4.15). Esta, por sua vez, deve estar associada à piedade.

Paulo entende o seu apostolado partindo desta perspectiva: "Paulo, servo de Deus e apóstolo de Jesus Cristo, para promover a fé que é dos eleitos de Deus e o pleno conhecimento da verdade segundo a piedade" (Tt 1.1). Estamos convencidos de que a genuína piedade bíblica começa pela compreensão correta do mistério de Cristo, conforme nos diz Paulo: "Evidentemente, grande é o mistério da piedade: Aquele que foi manifestado na carne foi justificado em espírito, contemplado por anjos, pregado entre os gentios, crido no mundo, recebido na glória" (1Tm 3.16). Portanto, devemos indagar sempre a respeito de doutrinas consideradas evangélicas, se elas, de fato, contribuem para a piedade. A genuína ortodoxia será plena de vida e piedade. Paulo diz que é apóstolo da parte de Jesus Cristo comprometido com a fé que é dos eleitos de Deus. O seu ensino tinha este propósito – diferentemente dos falsos mestres, que se ocupavam com fábulas e mandamentos procedentes da mentira (Tt 1.14) – promover a fé dos crentes em Cristo Jesus. A fé que é dos eleitos, portanto, deve ser desenvolvida no "pleno conhecimento da verdade". Ou seja, a nossa salvação se materializa em nosso conhecimento intensivo e qualitativamente completo da verdade. Contudo, este conhecimento da verdade, longe de arrogante e auto-suficiente, está relacionado com a piedade: "segundo a piedade". O verdadeiro conhecimento de Deus é cheio de piedade. Piedade caracteriza a atitude correta para com Deus, englobando temor, reverência, adoração e obediência, bem como um relacionamento justo como o nosso próximo. Ela é a palavra para a verdadeira religião.

João diz que a sua maior alegria é saber que seus filhos andam na verdade: "Pois fiquei sobremodo alegre pela vinda de irmãos e pelo seu testemunho da tua verdade, como tu andas na verdade. Não tenho maior alegria do que esta, a de ouvir que meus filhos andam na verdade" (3Jo 3,4).

Andar na verdade significa viver em obediência aos mandamentos de Deus: "Fiquei sobremodo alegre em ter encontrado dentre os teus filhos os que andam verdade, de acordo com o mandamento que recebemos da parte do Pai" (2Jo 4). A verdade é a alegria do amor: "[O amor] não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade" (1Co 13.6). Não há crimes de amor; o amor se apraz na justiça e na verdade.

Como evidência de nosso novo nascimento espiritual, devemos falar a verdade. "Por isso, deixando a mentira, fale cada um a verdade com o seu próximo, porque somos membros uns dos outros" (Ef 4.25).

5.3. Discernimento Necessário

Jesus Cristo afirma que aquele que deseja fazer a vontade de Deus deve examinar a doutrina: "Se alguém quiser fazer a vontade dele (Deus), conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus" (Jo 7.17).

Já na década de 60 do primeiro século, encontramos em Colossos vestígios de uma heresia que tentava fundir a simplicidade do Evangelho com especulações filosóficas – caracterizadas por práticas ascéticas – estando estes ensinamentos a prejudicar a Igreja (Cl 2.8,16,18,20,21). Paulo, acompanhado por Timóteo e Epafras (Cl 1.1; 4.12), escreve aos colossenses, mostrando a supremacia de Cristo sobre todas as coisas (Cl 1.15,19; 2.3,19). Juntamente com o ensino correto, Paulo declara que ele próprio, Timóteo e Epafras estão orando pela Igreja: ".... Não cessamos de orar por vós, e de pedir que transbordeis de pleno conhecimento da sua vontade, em toda a sabedoria e entendimento" (Cl 1.9). "Saúda-vos Epafras que é dentre vós, servo de Cristo Jesus, o qual se esforça sobremaneira, continuamente, por vós, nas orações, para que vos conserveis perfeitos e plenamente convictos em toda a vontade de Deus" (Cl 4.12).

Por isso, insistimos: é necessário discernimento para interpretar as doutrinas que nos são transmitidas a fim de saber se são de Deus ou não (Jo 7.17). Portanto, devemos desejar conhecer a vontade de Deus (Ef 5.17). Paulo orava para que os colossenses "transbordassem". A voz passiva indica aqui a ação de Deus; para que "Deus encha vocês" deste genuíno conhecimento (Cl 1.9; 4.12; Hb 13.21).

Devemos dar crédito à verdade procedente de Deus (1Ts 2.10-13). Contudo, como muitos falsos mestres têm saído pelo mundo, faz-se necessário provar os espíritos; precisamos exercitar o “ceticismo cristão” que não aceita tudo, contudo, não rejeita a procura da verdade: “Amados, não deis crédito a qualquer espírito; antes, provai os espíritos se procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo fora. Nisto reconheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não procede de Deus; pelo contrário, este é o espírito do anticristo, a respeito do qual tendes ouvido que vem e, presentemente, já está no mundo. Filhinhos, vós sois de Deus e tendes vencido os falsos profetas, porque maior é aquele que está em vós do que aquele que está no mundo. Eles procedem do mundo; por essa razão, falam da parte do mundo, e o mundo os ouve. Nós somos de Deus; aquele que conhece a Deus nos ouve; aquele que não é da parte de Deus não nos ouve. Nisto reconhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro” (1Jo 4.1-6). A verdade não gera mentira:

“....mentira alguma jamais procede da verdade” (1Jo 2.21).

O nosso desejo de servir a Deus não nos deve tornar presas fáceis de qualquer ensinamento ou doutrina; precisamos cientificar-nos se aquilo que é-nos transmitido procede ou não de Deus. Para este exame temos as Escrituras Sagradas como fonte de todo conhecimento revelado a respeito de Deus e do que Ele deseja de nós; foi assim que a nobre Igreja de Beréia procedeu ao ouvir Paulo e Silas. Ainda que aqueles irmãos tenham recebido a Palavra com avidez, isto não os impediu de examinar “as Escrituras todos os dias para ver se as cousas eram de fato assim” (At 17.11).

Portanto, como há outras vozes querendo nos afastar da verdade, apresentando um caminho que, à primeira vista, pode nos parecer mais convidativo e tentador, devemos perseverar no caminho da verdade. Paulo recrimina o esmorecimento dos gálatas que começando a crer corretamente na graça de Deus, agora, passam a viver, como se fosse possível, pelas obras. O legalismo judaico se constituía num impedimento aos judeus cristãos: “Vós corréis bem; quem vos impediu de continuardes a obedecer à verdade?” (Gl 5.7).

Os falsos mestres, privados da verdade, procuram desviar-nos da verdade pervertendo os ensinamentos da Palavra. Paulo cita dois falsos mestres de seu tempo, Himeneu e Fileto, que, seguindo ensinamentos gnósticos, com uma linguagem corrosiva, eliminavam a esperança na ressurreição futura, pervertendo a fé de alguns: “Além disso, a linguagem deles corrói como câncer; entre os quais se incluem Himeneu e Fileto. Estes se desviaram da verdade, asseverando que a ressurreição já se realizou, e estão pervertendo (“arruinar”, “virar”) a fé a alguns” (2Tm 2.17-18). A falsa doutrina é contagiante. Paulo exorta a Tito com veemência a respeito dos insubordinados, especialmente judeus: “É preciso fazê-los calar, porque andam pervertendo casas inteiras, ensinando o que não devem, por torpe ganância” (Tt 1.11). Por causa dos falsos mestres o caminho da verdade será infamado. “Assim como, no meio do povo, surgiram falsos profetas, assim também haverá entre vós falsos mestres, os quais introduzirão, dissimuladamente, heresias destruidoras, até ao ponto de renegarem o Soberano Senhor que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina destruição. E muitos seguirão as suas práticas libertinas, e, por causa deles, será infamado o caminho da verdade” (2Pe 2.1-2).

Pedro diz que o presbítero como pastor do rebanho deve estar em condições de alimentar o seu rebanho com a Palavra e, também, saber combater àqueles que tentarão seduzir os fiéis com “palavras fictícias” (2Pe 2.3). O falso mestre é aquele que ensina a mentira, o engano: cria imagens que nada são para corromper seus ouvintes, conduzindo-os a negar o próprio Senhor Jesus Cristo e, também, à viverem libertinamente, ou seja, de modo dissoluto e lascivo. Por causa disso, o caminho do Evangelho seria caluniado, reprovado, “blasfemado”. A mensagem desses falsos mestres consiste numa corrupção do Evangelho. Parece ter o sentido, aqui, de palavras artisticamente elaboradas, moldadas, sugestivas, porém, falsas, forjadas em seu próprio proveito, e, que por isso mesmo estão em oposição à verdade. Curiosamente este é o termo de onde vem a nossa palavra “plástico”. O ensino cristão envolve arte, mas não “arte plástica” para com a verdade.

6 - A VERDADE OBJETIVA DE DEUS

Na Oração Sacerdotal Jesus Cristo diz ao Pai que proclamou a Sua Palavra que é a verdade (Jo 17.17,19). Analisemos aspectos desta verdade.

6.1. Verdade Real

A Filosofia de Platão (427-347 a.C.) dizia que o nosso mundo é apenas de aparências; todavia, havia um modelo superior, imutável e eterno, do qual o nosso mundo é apenas uma cópia.

Esta idéia permaneceu em Cícero (106-43 a.C.) e Fílon (c. 20 a.C. – c. 42 d.C.). No texto lido, Jesus nos diz que a Palavra de Deus é a verdade = realidade. O curioso é que a palavra que os gregos usavam para se referirem ao mundo real, é da mesma raiz da palavra verdade. No Novo Testamento Jesus Cristo se autodesigna de verdadeiro pão do céu (Jo 6.32), videira verdadeira (Jo 15.1); sendo enviado pelo Deus verdadeiro (Jo 7.28; 1Ts 1.9; 1Jo 5.20), que deve ser conhecido (Jo 17.3). No Apocalipse Jesus Cristo é identificado como o verdadeiro (Ap 3.7,15, 6.10), sendo as suas palavras e juízos fiéis e verdadeiros (Ap 15.3; 16.7; 19.2; 21.5; 22.6).

O termo contrasta aquilo que é verdadeiro, genuíno, com o que é terreno (Hb 8.2; 9.24). Deus procura os verdadeiros adoradores (Jo 4.23; Hb 10.22).

Assim, em sua oração, Jesus Cristo, em certo sentido, nos diz que a Palavra de Deus é real, não apenas aparentemente. Se me permitirem usar tal expressão, diria que a Palavra de Deus é a verdade verdadeira!. “As Escrituras não são apenas a verdade inteira; elas são também o mais elevado padrão de toda verdade – a regra pela qual todas as alegações de verdade devem ser medidas”, enfatiza MacArthur.

Acontece que, muitas vezes, o crente vive como se a Palavra de Deus fosse apenas uma aparente verdade ou uma verdade distante e sem sentido para homens e mulheres desse novo milênio. Quando Jesus diz que a Palavra é a verdade, Ele, de fato, afirma que ela é a verdade para todas as esferas de nossa vida: casamento, vida profissional, educacional, vocacional, lazer, ética, espiritualidade.

Às vezes, afirmamos crer na Bíblia como verdade, mas a negamos com o nosso comportamento. Não aplicamos os seus ensinamentos ao nosso viver cotidiano. A Palavra é a verdade de Deus para a totalidade de nossa existência, quer aqui, quer na eternidade.

6.2. Verdade Autoritativa

A Bíblia não precisa de nosso testemunho para ser o que é.

Ela é a verdade de Deus; quer creiamos quer não, aceitemos ou não. A autoridade da Palavra é decorrente da sua origem divina. “Nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens santos falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1.21). Deste modo, a autoridade da Palavra é proveniente do Deus da Palavra, não daqueles que a proclamam.

Um padre romano, analisando os Puritanos nos Estados Unidos, concluiu: “Os nossos puritanos não estudavam a Bíblia como exegetas, ainda menos como racionalistas. Ela era a sua vida”. De fato, se, pelo Espírito recebemos a Bíblia como a Palavra autoritativa de Deus, não há lugar para relativismos; ela é a nossa vida; a Constituição de nosso crer e agir.

6.3. Verdade que Permanece

Como vimos, é comum em nosso tempo ouvir-se falar de minha verdade, sua verdade e, verdade de cada um. A verdade, quando muito, é local, pessoal e circunstancial. Não se fala mais em uma verdade norteadora do nosso comportamento. O homem moderno relativizou a verdade; não considera mais a existência de absolutos:

“Baseados na sua epistemologia, os homens não mais crêem nem mesmo na possibilidade da verdade absoluta”, constata Schaeffer. Isso tem implicações éticas, como observou Packer: “A cultura ocidental pós-cristianismo duvida que haja absolutos morais”. E isso é óbvio. Se não há princípio orientador e regulador que permaneça, como pautar a nossa conduta por aquilo que é simplesmente subjetivo, relativo e, portanto, provisório?

A Palavra de Deus é a verdade que permanece, cumpre-se cabalmente; não apenas no passado, nem simplesmente no futuro; mas sempre. Na declaração de Jesus, percebemos a seriedade da Palavra: “Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, que me deste, e protegi-os, e nenhum deles se perdeu, exceto o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura” (Jo 17.12). Em outros contextos, Ele já dissera: “Passará o céu e a terra, porém as minhas palavras não passarão” (Mt 24.35); “.... a Escritura não pode falhar” (Jo 10.35).

Um sinal de que a Palavra permanece está no fato de nos reunirmos para estudar a Palavra de Deus, a qual permanece como a Palavra eterna de Deus para a nossa vida, sobre qualquer questão e, em qualquer tempo.

Paulo, no final de sua vida, não deu um “salto no escuro”, antes declarou a sua inabalável confiança no Deus que conhecia e pelo qual dedicou a sua vida: “.... porque sei em quem tenho crido e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia” (2Tm 1.12). “Quanto a mim, estou sendo já oferecido por libação, e o tempo da minha partida é chegado. Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé. Já agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, reto juiz, me dará naquele Dia; e não somente a mim, mas também a todos quantos amam a sua vinda” (2Tm 4.6-8). Paulo não fala de hipóteses ou teorias, afirma sim a sua firme certeza na verdade de Deus.

6.4. Verdade Reveladora

A verdade proclamada por Cristo revela o Pai (Jo 17.1,3-9,11,15,17,21-25) e aponta para o Filho (Jo 17.8,20). Além destas genuínas revelações, a Palavra nos diz o que somos e o que poderemos ser. A Palavra de Deus é o espelho que nos mostra tal qual somos – pecadores irremediavelmente perdidos –; no entanto, também nos mostra o que poderemos ser pelo Espírito que nos capacita. Ela é uma espécie de “geografia do coração” ou, uma “anatomia da alma”.

A tomada de consciência da grandeza, da santidade de Deus, deve nos conduzir ao desejo de sermos santos conforme Ele é. A santidade de Deus realça o nosso pecado, dando-nos consciência da nossa pequenez e impureza; a perfeição absoluta de Deus revela os nossos pecados e as nossas imperfeições. O brilho da glória de Sua majestade torna mais patente as nossas manchas espirituais. Foi esta a experiência de Isaías diante da revelação de Deus: “Ai de mim! Estou perdido! porque sou homem de lábios impuros, habito no meio dum povo de impuros lábios, e os meus olhos viram o Rei, o Senhor dos Exércitos” (Is 6.5).

A proximidade de Deus, nos faz mais sensíveis a isto; a contemplação da gloriosa santidade de Deus, conforme registrada nas Escrituras, realça de forma eloquente a gravidade de nosso pecado. Além de Isaías, outros servos de Deus ilustram este fato: Moisés, Jó, Ezequiel, Daniel, Pedro, Paulo e João (Vejam-se: Ex 3.6; Jó 42.5-6; Ez 1.28; Dn 10.9; Lc 5.8; 1Tm 1.15; Ap 1.17), entre outros, tiveram, de modo doloroso, a percepção de sua pequenez, fragilidade e impureza diante de Deus, que é puro de olhos e não pode tolerar o mal (Hc 1.13).

Essa é uma das razões porque os homens odiaram a Cristo e a Sua Palavra: A imagem do que somos, muitas vezes se mostra terrível!

O Senhor mesmo nos diz: “Não pode o mundo odiar-vos, mas a mim me odeia, porque eu dou testemunho a seu respeito de que as suas obras são más” (Jo 7.7). João registra: “O julgamento é este: que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más. Pois todo aquele que pratica o mal aborrece a luz e não se chega para a luz, a fim de não serem arguidas as suas obras” (Jo 3.19-20).

Por outro lado, a Bíblia também nos ensina aquilo que Paulo expressou enquanto preso em Roma: “Tudo posso naquele que me fortalece” (Fp 4.13). Deus torna possível os

nossos impossíveis, fazendo-nos novas criaturas, gerando-nos espiritualmente para uma viva esperança em Cristo (Jo 3.3,5; Tg 1.18; 1Pe 1.3,23).

6.5. Verdade Libertadora

1) O Conhecimento da Verdade:

"A tua palavra é a verdade" (Jo 17.17). Aos judeus orgulhosos de sua suposta liberdade, Jesus Cristo diz: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará" (Jo 8.32).

O verbo conhecer e o substantivo conhecimento denotam um conhecimento experimental que faz com que possamos discernir os fenômenos, compreendendo a realidade das coisas. Tem, também, o sentido de conhecimento pessoal.

Este conhecimento é mais do que "saber", é compreender a razão das coisas. A Pedro, admirado de o Senhor lavar-lhes ao pés, Jesus diz: "... O que eu faço não o sabes agora; compreendê-lo-ás depois" (Jo 13.7).

Curiosamente, o verbo conhecer aparece sete vezes na Oração Sacerdotal [Jo 17.3,7,8,23, 25 (3 vezes)].

"E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (Jo 17.3).

"Agora, eles reconhecem que todas as coisas que me tens dado provêm de ti; porque eu lhes tenho transmitido as palavras que me deste, e eles as receberam, e verdadeiramente conheceram que saí de ti, e creram que tu me enviaste" (Jo 17.7-8).

"Eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim" (Jo 17.23).

"Pai justo, o mundo não te conheceu; eu, porém, te conheci, e também estes compreenderam que tu me enviaste" (Jo 17.25).

Destaquemos alguns pontos:

- A Vida eterna está em conhecer o Pai e o Filho: (3).
- Por meio da Palavra os discípulos conhecem a Cristo e a Sua procedência: (7-8,25).
- O mundo - os que não crêem - não conhece a Deus: (25).
- O Filho conhece perfeitamente o Pai: (25).

Analisemos alguns aspectos do conhecimento conforme descritos nas Escrituras:

- Negativamente Considerando

O Mundo não conhece o seu Criador: Paulo diz que Deus não ficou sem dar testemunho de Si mesmo: "... não se deixou ficar sem testemunho de si mesmo, fazendo o bem, dando-vos do céu chuvas e estações frutíferas, enchendo o vosso coração de fartura e de alegria" (At 14.17). A revelação de Deus foi progressiva, culminando em Jesus Cristo, a Palavra final de Deus: "Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas, tendo-se tornado tão superior aos anjos quanto herdou mais excelente nome do que eles" (Hb 1.1-4).

No entanto, os homens não O reconheceram: "O Verbo estava no mundo, o mundo foi feito por intermédio dele, mas o mundo não o conheceu" (Jo 1.10).

Usar o nome de Deus não significa relacionar-se com Ele: Em geral existem pessoas que gostam de alegar privar da intimidade de homens e mulheres bem conceituados a fim de se promoverem, demonstrar poder ou influência. Israel, por exemplo, gostava de alegar conhecer a Deus, no entanto, as suas obras negavam esta declaração. Por meio de

Oséias Deus revela esta incoerência: "...transgrediram a minha aliança e se rebelaram contra a minha lei. A mim, me invocam: Nosso Deus! Nós, Israel, te conhecemos" (Os 8.1-2).

Jesus numa passagem escatológica nos ensina: "Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus. Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor! Porventura, não temos nós profetizado em teu nome, e em teu nome não expelimos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres? Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade" (Mt 7.21-23). Jesus Cristo declara que nunca os reconheceu como Seus discípulos; em momento algum manteve com eles uma relação afetiva (Vd. Ex 7.22; 8.7,18).

Ignorância Espiritual de Israel: Exortando a um povo empedernido, Deus recorre à figura de dois animais para falar da ignorância culposa de Israel. Por intermédio de Isaías, referindo-se a Israel, diz: "Ouvi, ó céus, e dá ouvidos, ó terra, porque o Senhor é quem fala: Criei filhos, e os engrandeci, mas eles estão revoltados contra mim. O boi conhece o seu possuidor, e o jumento o dono da sua manjedoura; mas Israel não tem conhecimento, o meu povo não entende" (Is 1.2,3).

Ele toma dois animais difíceis de trato: o boi e o jumento. Mostra que a obtusidade, a teimosia e a dificuldade de condução destes animais dão-se pela sua própria natureza; no entanto, assim mesmo, eles sabem reconhecer os seus donos, aqueles que lhes alimentam. O homem, por sua vez, como coroa da criação, cedendo ao pecado perdeu totalmente o seu discernimento espiritual; já não reconhecemos nem mesmo o nosso Criador; antes lhe voltamos as costas e prosseguimos em outra direção. No Salmo 32.9 Deus usa figuras fortes para falar da obtusidade daqueles que não atentam para a Sua instrução: "Não sejais como o cavalo ou a mula, sem entendimento, os quais com freios e cabrestos são dominados; de outra sorte não te obedecem" (Sl 32.9).

A destruição de Israel estava relacionada à falta de discernimento da Palavra de Deus. Pouco antes do Cativo Assírio, Deus fala por meio de Oséias: "Não castigarei vossas filhas, que se prostituem, nem vossas noras, quando adulteram, porque os homens mesmos se retiram com as meretrizes e com as prostitutas culturais sacrificam, pois o povo que não tem entendimento corre para a sua perdição" (Os 4.14).

Os fariseus e os saduceus, apesar de todo o seu conhecimento religioso, tinham os olhos obscurecidos para entenderem o que Jesus fazia e ensinava. Eles sabiam interpretar as condições climáticas e atmosféricas (Mt 16.2,3), mas não conseguiam interpretar corretamente os sinais de Jesus Cristo. "Aproximando-se os fariseus e os saduceus, tentando-o, pediram-lhe que lhes mostrasse um sinal vindo do céu. Ele, porém, lhes respondeu: Chegada a tarde, dizeis: Haverá bom tempo, porque o céu está avermelhado; e, pela manhã: Hoje, haverá tempestade, porque o céu está de um vermelho sombrio. Sabeis, na verdade, discernir o aspecto do céu e não podeis discernir os sinais dos tempos? Uma geração má e adúltera pede um sinal; e nenhum sinal lhe será dado, senão o de Jonas. E, deixando-os, retirou-se" (Mt 16.1-4).

- Positivamente Considerando

Conhecer a Deus é partilhar da intimidade de ser também conhecido.

Jesus, o Sumo pastor declara: "Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim, assim como o Pai me conhece a mim, e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas" (Jo 10.14-15).

Conhecer envolve um relacionamento pessoal e afetivo. Jesus Cristo conhece pessoal e afetivamente o Seu povo. O conhecimento de Deus em relação ao Seu povo sempre denota uma relação íntima e amorosa pela qual Ele distingue os Seus. Ele conhece os que lhe pertencem: "... o firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor conhece os que lhe pertencem. E mais: Aparte-se da injustiça todo aquele que professa o nome do Senhor" (2Tm 2.19).

O Senhor sabe que há ovelhas que ainda não fazem parte deste aprisco, mas, que, no momento certo, serão reunidas por Ele mesmo, o Bom Pastor: "Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim, assim como o Pai me conhece a

mim, e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas. Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor" (Jo 10.14-16).

Conhecer envolve discernimento e atitude de obediência: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem" (Jo 10.27). Elas o seguem por o identificarem como o seu pastor.

Aos fariseus que criticam os discípulos de Jesus por colherem espigas de milho para comer no sábado, Jesus lhes diz: "Mas, se vós soubésseis o que significa: Misericórdia quero e não holocaustos, não teríeis condenado inocentes" (Mt 12.7). (Ver: Mt 9.13; Os 6.6).

Jesus revela conhecer o Pai guardando a Sua Palavra: "Entretanto, vós não o tendes conhecido; eu, porém, o conheço. Se eu disser que não o conheço, serei como vós: mentiroso; mas eu o conheço e guardo a sua palavra" (Jo 8.55).

Conhecer o Filho é o mesmo que conhecer o Pai: É impossível alguém conhecer de fato a Deus Pai sem crer (conhecer) em Jesus Cristo.

Jesus afirmara: "Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim. Se vós me tivésseis conhecido, conheceríeis também a meu Pai. Desde agora o conheceis e o tendes visto" (Jo 14.6-7). Na sequência, Filipe, seu discípulo, ainda não entendendo perfeitamente o que Jesus dissera, suplica: ".... Senhor, mostra-nos o Pai, e isso nos basta" (Jo 14.8). Obtém, então, a resposta: ".... Filipe, há tanto tempo estou convosco, e não me tens conhecido? Quem me vê a mim vê o Pai; como dizes tu: Mostra-nos o Pai? Não crês que eu estou no Pai e que o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo não as digo por mim mesmo; mas o Pai, que permanece em mim, faz as suas obras" (Jo 14.9-10). Portanto, é impossível alguém conhecer a Deus de fato não reconhecendo a Cristo como o Deus encarnado.

Destaquemos alguns pontos:

- O nosso conhecimento pode ser adequado, porém, limitado. Na glória conheceremos perfeitamente. Devemos continuar progredindo no conhecimento de Deus. "Antes, cresci na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo...." (2Pe 3.18). A graça sempre antecede e possibilita o real conhecimento do Senhor.
- O genuíno conhecimento de Deus envolve, necessariamente, a compreensão de Sua Palavra: "Agora, eles reconhecem que todas as coisas que me tens dado provêm de ti; porque eu lhes tenho transmitido as palavras que me deste, e eles as receberam, e verdadeiramente conheceram que saí de ti, e creram que tu me enviaste" (Jo 17.7-8).
- Conhecer a Deus é essencial para o nosso relacionamento com Ele: Nós não servimos a um Deus desconhecido.
- O nosso conhecimento de Deus manifesta-se em obediência: "Aquele que diz: Eu o conheço e não guarda os seus mandamentos é mentiroso, e nele não está a verdade" (1Jo 2.4).
- O conhecimento de Cristo é preventivo contra o pecado: "Todo aquele que permanece nele não vive pecando; todo aquele que vive pecando não o viu, nem o conheceu" (1Jo 3.6).
- Enquanto o oráculo na ilha de Delfos recomendava como máxima, "Conhece-te a ti mesmo". Jesus Cristo nos dá a Sua Palavra para que possamos conhecer o Pai e, a partir daí sim, possamos conhecer todas as coisas.
- Conforme já expusemos, reconhecemos a Deus pelo entendimento que o Senhor Jesus Cristo nos dá: "Também sabemos que o Filho de Deus é vindo e nos tem dado entendimento para reconhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna" (1Jo 5.20). Por isso, toda a nossa meditação na Palavra deve vir acompanhada de oração (Sl 119.18).

7 - JESUS CRISTO, A PALAVRA ENCARNADA E O SEU PODER LIBERTADOR

A Palavra de Deus tem também um poder libertador. O problema desta declaração é o seu pressuposto extremamente desagradável ao ser humano: a sua condição de escravidão, distante de Deus e de Sua Palavra. E é justamente isto que Jesus Cristo está nos dizendo.

Outra dificuldade na aceitação desta afirmação, é porque gostamos de afirmar a nossa liberdade e, de fato, além de gostar, nos sentimos livres. Lloyd-Jones capta bem a trágica questão: “O homem do mundo se jacta da sua liberdade e fala sobre ‘livre pensamento’. A suprema realização do diabo consiste em persuadir o homem de que, justamente naquilo em que ele está mais estonteado e escravizado, é mais livre”.

A liberdade concedida por Cristo é recebida pelo conhecimento d’Ele como nosso Senhor e Salvador (Jo 8.32; Jo 14.6). O conhecimento de Cristo já é uma revelação da graça de Deus: Sem a obra do Pai e do Espírito, nós jamais O receberíamos como nosso Salvador (Mt 11.27; 16.16,17; 1Co 12.3).

Na declaração de Cristo: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14.6), temos Nele a verdade epistemológica (Caminho); verdade ontológica ou metafísica (Verdade) e a verdade existencial (Vida). Em Cristo temos o modelo de interpretação e conhecimento da verdade; a verdade absoluta personificada e a verdade que serve de padrão absoluto e final para a nossa existência.

Assim, podemos falar de dois aspectos básicos da liberdade concedida por Jesus Cristo, a Verdade Encarnada:

7.1. Liberdade “do”

A. Pecado: A Escritura nos fala que todos pecaram (Rm 3.23); o pecado fez-nos seus escravos, mantendo-nos sobre o seu domínio (Rm 6.14); nos fazendo cativos, como um prisioneiro de guerra (Lc 4.18; Jo 8.34; Rm 6.20), habitando em nós (Rm 7.17,20).

Enfatizando este domínio do pecado sobre nós antes do novo nascimento, escreve: “....Sou carnal, vendido à escravidão do pecado” (Rm 7.14). A expressão “vendido à escravidão”, é uma tradução interpretativa de “*pipráskō hypó*”, que significa ser vendido, estando por isso, sob o domínio do seu senhor.

Portanto, o homem entregue a si mesmo não é mais livre do que um animal sob o jugo do seu senhor, o qual pode prendê-lo, vendê-lo ou matá-lo.

Em outro lugar, Paulo fala da prisão do homem natural: “Mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros” (Rm 7.23)(Compare com: Lc 4.18).

Porém, Deus nos libertou definitivamente do poder do pecado (Mt 1.21; Jo 8.32-34; Rm 6.6,17,18, 20; 8.2; 2Pe 2.19; Ap 1.5); do domínio moral e espiritual deste mundo (Gl 1.4; Jo 17.14). Agora quem habita em nós é o Espírito do Pai e do Filho (Rm 8.9,11; 1Co 3.16).

Paulo, tendo experimentado esta libertação, escreve aos colossenses: “Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho Seu amor” (Cl 1.13). De fato, o Evangelho é uma mensagem de libertação de um estado de total domínio, de escravidão do pecado. João referindo-se a Cristo, diz: “Aquele que nos ama, e pelo seu sangue nos libertou dos nossos pecados” (Ap 1.5).

O pecado continuará em toda a nossa peregrinação terrena a exercer influência sobre nós; por isso, qualquer conceito de perfeccionismo espiritual, que declare que o crente não mais peca, é antibíblico. A Palavra de Deus ensina, enfaticamente, que nós pecamos, mesmo após o nosso novo nascimento. O que nos distingue da nossa antiga condição é que não

mais temos prazer no pecado; podemos até dizer que o pecado é um acidente de percurso na vida dos regenerados.

Antes o pecado comandava o nosso pensar e agir, agora ele ainda nos influencia, todavia não mais reina.

Isto indica a necessidade de o convertido adquirir novos hábitos pela prática da verdade em amor (Ef 4.15). A graça de Deus é educadora (Tt 2.11-15), agindo por intermédio das Escrituras, nos corrigindo e educando na justiça para o nosso aperfeiçoamento (2Tm 3.16,17). “A santificação é um processo contínuo pelo qual Deus, por sua misericórdia, muda os hábitos e o comportamento do crente, levando-o a praticar obras piedosas” (BOOTH, 1986, p. 44-45); todavia, continuaremos sendo pecadores até o fim desta existência. “Quem pode dizer: Purifiquei o meu coração, limpo estou do meu pecado?” (Pv 29.9). “Não há homem justo sobre a terra, que faça o bem e que não peque” (Ec 7.20. Vd Rm 6.20; 7.13-25; Tg 3.2. 1Jo 1.8). Contudo, não existem carências em nossa vida cristã que não possam ser supridas pelo próprio Cristo, nosso Senhor; e Ele o faz nos renovando por meio do Seu conhecimento pela Palavra.

B. Morte Espiritual e Eterna: Deus nos deu vida (Ef 2.1,5), restaurando-nos à comunhão com Ele, livrando-nos da Sua ira. A ira de Deus é uma manifestação da Sua justiça. Deus nos salvou da condenação eterna (morte eterna), que se tornará plenamente evidente quando Cristo retornar em Glória para julgar a todos os homens (Mt 16.27; At 10.42; 17.31; Rm 14.10; 1Co 4.5; 1Ts 1.10).

C. Poder de Satanás: Deus libertou-nos definitivamente do poder de Satanás, o deus do secularismo. Cristo o derrotou e, agora, ele não mais tem domínio sobre nós. (Cl 1.13/2.15; Hb 2.14,15; 1Jo 3.7-8).

D. Mundo: “O qual Se entregou a Si mesmo pelos nossos pecados para nos desarraigar deste mundo perverso” (Gl 1.4).

Cristo morreu e ressuscitou para nos libertar definitivamente das garras de um mundo perverso; ou seja, dos valores deste mundo, de uma ética egoísta e terrena.

Paulo fala de uma “era má, perversa”. Aos Efésios, escreve: “Portanto, vede prudentemente como andais, não como néscios, e sim como sábios, remindo o tempo, porque os dias são maus” (Ef 5.15-16).

A palavra “mundo” (Gl 1.4) significa as transformações pelas quais o nosso tempo passa, conduzindo-o à degradação constante e inflexível; revela também os valores transitórios da sociedade que se corrompe. Pertencer ao mundo significa ter uma visão da realidade totalmente divorciada de Deus e de Sua Palavra, sendo, portanto, governado pela perspectiva e valores do mundo no qual vivemos.

No entanto, a libertação levada a efeito por Cristo, não é simplesmente futura, antes, tem o seu início agora, na presente vida.

O ato completo de Cristo tem implicações para sempre: Somos salvos para viver livres dos valores deste mundo até a consumação de nossa total liberdade na eternidade.

Jesus Cristo veio para nos libertar definitivamente. Ele mesmo nos diz: “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (Jo 8.36). “O Filho do Homem veio (...) para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mt 20.28).

A libertação do mundo, engloba a libertação do domínio da vontade satânica sobre a nossa. Satanás também tem a sua vontade, o seu propósito para a nossa vida; o homem sem Cristo, faz naturalmente a sua vontade, já que o pecado o tornou eticamente filho do Diabo (Jo 8.44). Paulo instruindo sobre a “didática” do ministro, alude a este tema: “Ora, é necessário que o servo do Senhor não viva a contender, e, sim, deve ser brando para com todos, apto para instruir, paciente; disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade, mas também o retorno à sensatez, livrando-se eles dos laços do Diabo, tendo sido feitos cativos por ele, para cumprirem a sua vontade” (2Tm 2.24-26).

E. Da Superstição: Nesta libertação do pecado, a Escritura nos mostra que fomos salvos da superstição: "Outrora, porém, não conhecendo a Deus, servíeis a deuses que, por natureza, não o são; mas agora que conheceis a Deus ou, antes, sendo conhecidos por Deus, como estais voltando, outra vez, aos rudimentos fracos e pobres, aos quais, de novo, quereis ainda escravizar-vos? Guardais dias, e meses, e tempos, e anos" (Gl 4.8-10). (Ver: 1Co 10.23-31).

O conhecimento de Cristo é definitivo, não permitindo, por não necessitar de nossas invenções pecaminosas. "É propriedade da fé pôr diante de nós aquele conhecimento de Deus não confuso, mas distinto, o qual não nos deixa em suspenso e à deriva, como o fazem as superstições e seus adeptos, os quais, bem o sabemos, estão sempre introduzindo alguma nova divindade, todas falsas e intermináveis".

Com todo o avanço científico e tecnológico o homem sem Cristo continua o mesmo, preso às suas crendices e superstições, sendo dominado por um medo insano; daí o seu prazer em ouvir mitos, entregando-se às fábulas (2Tm 4.3-4). O homem é pródigo na fabricação de seus deuses, em geral, criados à sua imagem e semelhança. Numa pesquisa feita na Inglaterra (talvez no final da década de 80), verificou-se que "o número de adultos que lêem o seu horóscopo toda semana é o dobro dos que lêem a Bíblia".

F. Da Maldição: "Cristo nos resgatou da maldição da lei" (Gl 3.13). A Lei de Deus é boa; foi-nos dada para o nosso bem. Ela tornou-se maldição para nós devido ao nosso pecado; a quebra da Lei fez com que merecêssemos o justo castigo. Aliás, a lei precisa ser enfatizada para que o homem, por graça, se disponha a ouvir o Evangelho. Sem a Lei, a impressão que fica, é que temos uma vida correta e satisfatória; de nada precisamos, muito menos de salvação.

Cristo satisfaz perfeitamente todas as exigências da Lei; por isso Ele pode nos libertar definitivamente do seu aspecto condenatório, nos restaurado à comunhão com Deus por meio de Sua obra sacrificial, fazendo-se maldito em nosso lugar.

"Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus, visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado. Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas; justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos e sobre todos os que crêem; porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus. Onde, pois, a jactância? Foi de todo excluída. Por que lei? Das obras? Não; pelo contrário, pela lei da fé. Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei. É, porventura, Deus somente dos judeus? Não o é também dos gentios? Sim, também dos gentios, visto que Deus é um só, o qual justificará, por fé, o circunciso e, mediante a fé, o incircunciso. Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei. (Rm 3.19-31).

A Lei, portanto, no seu aspecto moral, não foi abolida. "... A lei moral de Deus é a verdadeira e perpétua regra de justiça, ordenada a todos os homens, de todo e qualquer país e de toda e qualquer época em que vivam, se é que pretendem reger a sua vida segundo a vontade de Deus. Porque esta é a vontade eterna e imutável de Deus: que Ele seja honrado por todos nós, e que todos nós nos amemos uns aos outros".

A Lei não nos salva; contudo, nos mostra a necessidade que temos do perdão e da purificação efetuada por Deus.

Por intermédio de Cristo somos libertos da tentativa insana de tentar ser salvo pelo cumprimento da Lei, o que é impossível. Diante da Lei restam-nos hipoteticamente duas opções: cumprir as suas exigências, o que nos é impossível, arcando, assim, com o reto juízo condenatório de Deus. Ou buscar refúgio na misericórdia de Deus por meio de Jesus Cristo. "Na Lei de Deus nos é apresentado um padrão perfeito de toda a justiça que pode,

com razão, ser chamada de vontade eterna do Senhor. Deus condensou completa e claramente nas duas tábuas tudo o que Ele requer de nós. Na primeira tábua, com uns poucos mandamentos, Ele prescreve qual é o culto agradável à Sua majestade. Na segunda tábua, Ele nos diz quais são os ofícios de caridade devidos ao nosso próximo. Ouçamos a Lei, portanto, e veremos que ensinamentos devemos tirar dele e, similarmente, que frutos devemos colher dela”.

Contudo, o que a Lei exige, ela mesma não nos capacita a cumprir. Esta capacitação é somente pela graça. Desprezar a Lei de Deus é um ato de insanidade pecaminosa. Na Lei de Deus temos o princípio de sabedoria que deve nortear a nossa vida. Devemos, portanto, nos aplicar no estudo da Lei, visto que “a Escritura outra coisa não é senão a exposição da lei”.

7.2. Liberdade “para”

A liberdade que temos é gloriosa; ela é o padrão da libertação futura da corrupção de toda natureza (Rm 8.21/Tg 1.18).

A. Para Cristo: “Foste chamado, sendo escravo? Não te preocupes com isso; mas, se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade. Porque o que foi chamado no Senhor, sendo escravo, é liberto do Senhor; semelhantemente, o que foi chamado, sendo livre, é escravo de Cristo. Por preço fostes comprados; não vos torneis escravos de homens” (1Co 7.21-23).

Cristo nos libertou da condenação eterna, do pecado e do domínio de satanás para Si Mesmo. Ele nos libertou daquilo que nos era accidental para que sejamos aquilo que de fato somos, a imagem de Deus; em Cristo temos o verdadeiro sentido da nossa existência; vivemos agora pela vida de Cristo, sob a direção do Espírito Santo. (Jo 3.3; 10.10; At 10.18,19; 20.22-24; 2Co 5.15-17; Fp 3.7-8; Cl 3.1-3).

Paulo falando da nossa libertação do pecado, caracteriza a nossa nova condição sob a graça de Deus, dizendo: “Porque o pecado não terá domínio sobre vós...” (Rm 6.14).

Todavia, por intermédio da libertação integral levada a efeito por Cristo Jesus, tornamo-nos “escravos de Cristo”; já não somos vendidos, mas, sim comprados por bom preço; pelo precioso sangue de Cristo, e, como sinal de posse perpétua de Deus, somos habitados pelo Seu Espírito: O Espírito Santo, procedente do Pai e do Filho.

Paulo insiste neste ponto: “Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vós. E se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. (...) Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos, vivificará também os vossos corpos mortais, por meio do seu Espírito que em vós habita” (Rm 8.9,11). “Não sabeis que sois santuário de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1Co 3.16). (Ver também: 1Co 6.19,20; 1Pe 1.18-21).

À Igreja perseguida, Pedro intima a “remir o tempo” que lhe resta, vivendo para Deus, segundo a Sua vontade: “Ora, tendo Cristo sofrido na carne, armai-vos também vós do mesmo pensamento; pois aquele que sofreu na carne deixou o pecado, para que, no tempo que vos resta na carne já não vivaís de acordo com as paixões dos homens, mas segundo a vontade de Deus” (1Pe 4.1-2).

A vontade de Deus que se concretizou em Cristo, é a nossa libertação das paixões deste mundo para pertencermos a Cristo, o Nosso Senhor. Portanto, o homem que é liberto do Senhor, torna-se escravo de Cristo. (Vd. 1Co 7.21-23). A diferença fundamental desta nova condição é que o “escravo de Cristo” tem prazer na prática da “lei da liberdade” (Tg 1.22-25; 2.12), que é a lei de Cristo (Gl 6.2; 1 Co 9.21); a lei do amor (Gl 5.13-14). Somente aqueles libertos por Cristo, e para Cristo podem dizer sinceramente: “Agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus; dentro em meu coração está a tua lei” (Sl 40.8). (Vd. Sl 1.2; 119.14, 16, 47, 77, 92, 143 e 174).

B. Para o Serviço de Deus: Aqui está algo que atinge de forma decisória o cerne do pensamento anomista. O homem salvo por Deus não tem o direito, nem o desejo de voltar às práticas anteriores à sua regeneração: tais coisas passaram (2Co 5.17).

Paulo faz uma pergunta e responde: "... havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e, sim, da graça? De modo nenhum" (Rm 6.15). Estar salvo significa, entre outras coisas, viver em comunhão com Deus, cumprindo prazerosamente a Sua santa vontade (Lc 1.74-75; Rm 6.15; 1Pe 2.16/Gl 2.20; 1Jo 5.2-5).

A nossa libertação nos impulsiona a desejar cumprir os preceitos de Deus, fazer o que Lhe agrada. Temos, agora, uma nova perspectiva de vida, um novo direcionamento; a palavra definitiva para nós é a vontade do Deus que habita em nós: "... Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim" (Gl 2.20).

É justamente no serviço prestado a Deus que o homem encontra a verdadeira expressão da sua liberdade (Rm 6.22; Gl 5.13; 1Pe 2.15,16).

8 - A VERDADE COMO UM TODO UNIFICADO

"A mente secular do século XX vacila entre dois extremos, sendo que os dois resultam da rejeição do Criador e da negação da criação". Em outras palavras; nem a Palavra de Deus nem o Deus da Palavra tem "chance" na mente secularizada do homem moderno, nem na de muitos "teólogos" contemporâneos. O Deus da Bíblia, segundo estes, não é o Deus da Ciência. "A questão real na nova teologia não é só uma visão das Escrituras, mas fragmentária perspectiva da verdade", interpreta Schaeffer. No entanto, sustentamos que a verdade é um todo unificado cabendo a cada um de nós descobrir por meio da pesquisa – dentro de nossa contingência histórica –, dispondo do Mundo, que além de "palco da glória divina", é o grande laboratório concedido por Deus ao homem. Portanto, a verdade ou é essencialmente verdade ou é um logro absoluto. O que estamos falando poderá parecer um absurdo visto que, conforme dissemos acima, o homem moderno não mais crê na possibilidade da verdade absoluta. Todavia, o que a Bíblia nos ensina é um sistema unificado de verdade; por isso, a verdade cristã ou é verdade absoluta ou é um engano completo: não existe verdade enquanto apenas verdade cristã, como não existe arte apenas enquanto "arte cristã". Schaeffer está correto ao dizer que: "O cristianismo não é apenas uma série de verdades mas é a VERDADE – a Verdade sobre toda realidade". Desta forma, não precisamos "forçar" a verdade, visto que isto seria um esforço inútil; à luz da eternidade, a verdade permanece de pé como verdade ou cai como engano ou mentira. "Porque nada podemos contra a verdade, senão em favor da própria verdade" (2Co 13.8), como sabiamente escreveu o apóstolo Paulo. O nosso compromisso primeiro é com Deus: A Verdade Absoluta e Eterna. Desta forma, cabe a nós aplicar os princípios bíblicos a toda à realidade de forma coerente, piedosa e sincera.

Devemos estar atentos ao fato de que ser cristão envolve uma cosmovisão unificada que se reflete em nossa maneira de ver e atuar no mundo; toda e cada faceta de nossa existência. Ser cristão não significa uniformidade, mas uma perspectiva semelhante da vida e da eternidade. Assim sendo, não nos parece razoável, nem possível fazer sincretismos teológicos e éticos e, ainda assim sobrevivermos como autênticos cristãos.

Em Mileto, Paulo quando se despede dos presbíteros de Éfeso, diz que durante o seu ministério de três anos entre eles, jamais deixou de "anunciar todo o desígnio de Deus" (At 20.27). O Evangelho não consiste no anúncio de "algumas partes" da Bíblia, mas sim de todo o "Conselho" de Deus revelado nas Escrituras (Ver: Gl 1.8,9,11). O conteúdo da mensagem cristã deve ser nada mais, nada menos do que toda a vontade revelada de Deus (Ver: Dt 29.29).

O Cristianismo é uma maneira de teocêntrica de ver, interpretar e atuar na história. O Cristianismo envolve uma nova cosmovisão, que, partindo da Palavra, afeta obviamente todas as áreas de nossa existência, não havendo compartimentos estanques do ser e do saber onde a perspectiva teocêntrica não se faça presente de forma determinante em nossa epistemologia doutrinária e existencial.

O Cristianismo histórico partindo da própria Escritura tem como pressuposto a suficiência da Revelação para a interpretação e análise de toda realidade. Nesta tarefa ele luta contra os ídolos do pensamento que surgem em cada cultura e em todas as épocas. Um ídolo chama outro ídolo, tendo sempre como ponto de partida o desejo humano de autosuficiência. Contrariamente, reafirmamos como ponto de partida o Deus soberano e transcendente que Se revela na Escritura e, que somente a partir desta compreensão podemos compreender a chamada realidade e atuar de forma criativa para a glória de Deus e o bem estar da humanidade. A convicção da direção de Deus sobre a história e sobre a nossa vida em particular não se opõe à oração, à vida devocional. Desta forma, o Cristianismo tem uma fé que, por graça, ultrapassa em muito os limites de nossa racionalidade, mas, também, é uma fé operante que crê que nós somos os instrumentos ordinários de Deus para construir, transformar e aperfeiçoar a cultura.

O Cristianismo não é uma forma de acomodação na cultura, antes de formação e de transformação por meio de uma mudança de perspectiva da realidade, que redundará, necessariamente numa mudança nos cânones de comportamento, alterando sensivelmente as suas agendas e praxes. Assim sendo, a nossa fé tem compromissos existenciais inevitáveis. Ser cristão não é apenas um status nominal vazio de sentido, antes reflete a nossa fé em atos de formação e transformação.

Portanto, é urgentemente necessário que não nos deixemos seduzir pelo fascínio da cultura pagã que nos cerca. A força da igreja está na Palavra de Deus. Não importa o quanto nos julguemos fortes e imbatíveis; se nos afastarmos da Palavra nos enamorando das agendas e praxes contrárias à Palavra, tombaremos como Sansão diante de Dalila.

Todavia, neste estado de existência, nenhuma cultura é ou será perfeita; haverá sempre, em maior ou menor grau o estigma do pecado. O Cristianismo consiste numa busca constante de fidelidade a Deus; a transformação ou "conversão" cultural é apenas um resultado daqueles que têm os olhos firmados na Palavra, um coração prazerosamente submisso a Deus e um comprometimento existencial no mundo, no qual vive e atua para a glória de Deus.

Portanto, a atitude correta do cristão no mundo não é nem de isolamento, de indiferença ou síntese, antes de atuação conforme os ditames da Palavra em obediência aos mandatos divinos: cultural, social e espiritual. Esta obediência não significará necessariamente antítese, contudo, revelará sempre a prioridade última de servir a Deus dentro de todas as esferas nas quais o cristão estiver envolvido. As nossas mãos se constituem em meios de oração por intermédio daquilo que fazemos para a glória de Deus. Cristo, de fato, é o Senhor da cultura.

A Palavra de Deus oferece-nos o escopo de nosso pensar e agir. Por intermédio dela poderemos ter uma real visão de Deus, de nós mesmos e do mundo. Portanto, uma cosmovisão cristã é uma visão que se esforça por interpretar a chamada realidade pela ótica das Escrituras. Sem as Escrituras permanecemos míopes para distinguir as particularidades do real, tendo uma epistemologia desfocalizada.

Calvino usa de uma figura que continua atual: "Exatamente como se dá com pessoas idosas, ou enfermas de olhos, e quantos quer que sofram de visão embaçada, se puseres diante deles até mui vistoso volume, ainda que reconheçam ser algo escrito, mal poderão, contudo, juntar duas palavras; ajudadas, porém, pela interposição de lentes, começarão a ler de forma mais distinta. Assim a Escritura, coletando-nos na mente conhecimento de Deus de outra sorte confuso, dissipada a escuridão, mostra-nos em diáfana clareza o Deus verdadeiro".

A força prática da teologia cristã não está simplesmente em seu vigor e capacidade de influenciar intelectualmente os homens, mas no que tem produzido na vida de milhões de pessoas, conduzindo-as, em submissão ao Espírito, à fidelidade bíblica e a uma ética que se pautam pelas Escrituras. A grande contribuição cristã não se restringe aos manuais das mais variadas áreas do saber, mas, estende-se à integralidade da vida dos discípulos de Cristo que seguem esta perspectiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MACHEN, J. Gresham. Cristianismo e Liberalismo. São Paulo: Editora Os Puritanos, 2001.